



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**  
**Instituto Universitário de Ciências Religiosas**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS**  
**Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

**ELSA MARIA JORGE FILIPE**

**Advento e Natal na unidade letiva 2 do 6º ano  
de escolaridade do programa de Educação  
Moral e Religiosa Católica**

**Uma discussão em torno da temática da salvação.**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada**

**Sob orientação de:**

**Professora Doutora Luísa Almendra**  
**Mestre Juan Ambrosio**

**Lisboa**

**2012**

# ÍNDICE

Índice.....	0
INTRODUÇÃO.....	2
1ª PARTE – Reflexão sobre a docência de educação moral e Religiosa Católica .....	4
<b>I. SEGUIMENTO DE JESUS E DOCÊNCIA DE EMRC .....</b>	<b>5</b>
1. Seguimento de Jesus .....	5
2. Missão do Professor de EMRC .....	7
<b>II. IDENTIDADE E FINALIDADE DA EMRC .....</b>	<b>9</b>
<b>III. REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA .....</b>	<b>15</b>
1. Contexto da Prática de Ensino Supervisionada .....	15
2. Breve reflexão sobre a Prática de Ensino Supervisionada.....	17
3. A Unidade Letiva 2 no Programa de EMRC.....	20
4. A Unidade Letiva 2 adaptada à turma do 6ºI .....	22
5. O PROBLEMA DA Unidade Letiva 2 “ADVENTO E NATAL” .....	24
CONCLUSÃO .....	25
2ª Parte – Os percursos da salvação no tempo de Advento e Natal .....	26
<b>I. O PERCURSO NARRATIVO DA ESPERANÇA NA SALVAÇÃO.....</b>	<b>27</b>
1. A Justiça que vem de Deus .....	27
2. Um Reino de Paz .....	31
3. A esperança em Deus.....	36
4. A esperança na Salvação .....	39
<b>II. O percurso narrativo da realização da Salvação .....</b>	<b>45</b>
1. O anúncio dos anjos aos Pastores .....	45
2. O testemunho de Simeão .....	49
3. A adoração dos Magos.....	53
4. As primeiras palavras de Jesus.....	56
<b>III. Traços relevantes da dinâmica Bíblica da Salvação.....</b>	<b>59</b>
1. A salvação como encontro .....	59
2. A necessidade de um mediador .....	61
3. As categorias da Justiça e da Paz .....	62
4. A universalidade da Salvação .....	64
CONCLUSÃO.....	66
3ª PARTE - Uma nova proposta de conteúdos para a unidade letiva 2 “Advento e Natal” ..68	
<b>I. Crítica à unidade letiva 2 “Advento e Natal” proposta no programa de EMRC68</b>	

<b>II.O Natal como acontecimento salvífico no atual programa de EMRC .....</b>	<b>69</b>
<b>III. Uma nova proposta de conteúdos para a unidade letiva 2 “Advento e Natal” .....</b>	<b>71</b>
CONCLUSÃO.....	73
BIBLIOGRAFIA.....	75

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo abordar o tema do Natal enquanto acontecimento salvífico no âmbito do mestrado em Ciências Religiosas, na sua área de especialização de Educação Moral e Religiosa Católica.

O tema do “Natal” tem a sua inspiração na segunda unidade letiva, “Advento e Natal”, do 6ºano de escolaridade, do programa de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC). A temática em estudo surge a partir da análise dos conteúdos da referida unidade letiva e da necessidade de incluir conteúdos que relacionem diretamente o Natal com o nascimento de Jesus, fazendo alusão à sua dimensão salvífica.

O trabalho encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte, além de justificar a escolha do tema, apresento uma pequena reflexão sobre o ensino da Educação Moral e Religiosa Católica. O ponto de partida é a minha experiência pessoal, entendendo o ensino da EMRC como resposta ao seguimento de Jesus. Após uma breve reflexão sobre a missão do professor e, como se trata de um trabalho teórico prático, desenvolvo esta reflexão no contexto da Prática de Ensino Supervisionada. Deste modo, analisando a unidade letiva lecionada, interrogo-me sobre a necessidade de introduzir alguns conteúdos mais acordes ao nascimento de Jesus e ao seu significado salvífico surgindo, assim, a necessidade de aprofundar quais os conteúdos específicos que caracterizam o tempo de Advento e Natal, que abordarei a partir da perspetiva bíblica na segunda parte deste trabalho.

Neste sentido, a segunda parte do relatório, proporciona ao leitor uma reflexão, baseada na Bíblia, sobre “o percurso narrativo da esperança na salvação” e sobre “o percurso narrativo da realização da salvação”. Estes dois percursos, que têm por base respetivamente o tempo do Advento e do Natal, permitiram identificar os “traços relevantes da salvação” que convertem o acontecimento do Natal num acontecimento salvífico. Com estes dados foi possível identificar os elementos essenciais que devem estar presentes nos conteúdos de uma unidade letiva sobre o Advento e Natal cristãos, o que conduziu a uma reformulação dos conteúdos da unidade letiva em estudo, que será objeto da terceira parte deste trabalho.

Após o estudo efetuado na segunda parte, impôs-se a introdução de alguns conteúdos na referida unidade letiva, considerados pertinentes para a compreensão do tema em causa. Na terceira parte do relatório, apresenta-se, assim, a reformulação da unidade letiva 2

“Advento e Natal” do 6ºano de escolaridade do programa de Educação Moral e Religiosa Católica, para a qual tendia toda a reflexão anterior e que é o objetivo final do relatório.

## 1ª PARTE – REFLEXÃO SOBRE A DOCÊNCIA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

Esta primeira parte do relatório é constituída por três capítulos. No primeiro e segundo capítulos, explico a minha opção pela docência da Educação Moral e Religiosa Católica como vocação e missão, dedicando o terceiro capítulo à reflexão sobre a experiência da prática de ensino supervisionada.

## I. SEGUIMENTO DE JESUS E DOCÊNCIA DE EMRC

A opção pessoal pela docência está estritamente ligada à minha opção crente e, concretamente, ao seguimento de Jesus. Assim, começarei por explicitar o que entendo por seguimento de Jesus e, a partir desta opção, refletirei sobre alguns aspetos da missão do professor de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC).

### 1. SEGUIMENTO DE JESUS<sup>1</sup>

O Seguimento de Jesus, hoje, só é possível a partir de duas referências fundamentais: o Jesus histórico e o Espírito que o mesmo Jesus ressuscitado derrama, como dom nos nossos corações<sup>2</sup>. Para seguir Jesus, é importante conhecer como Ele viveu, a sua história, as consequências da sua mensagem, assim como muitos outros aspetos do movimento que originou. No entanto, não basta o conhecimento do Jesus histórico, é indispensável entrar em comunhão com Ele, ou seja, viver uma experiência de encontro<sup>3</sup>. Ao conhecimento do Jesus histórico e à experiência de encontro e comunhão com Ele, é essencial acrescentar um terceiro elemento: reviver essa experiência nas diversas situações do quotidiano, ou seja, que através das situações reais e concretas a pessoa se encontre com Deus<sup>4</sup>.

Jesus de Nazaré foi um Judeu que viveu na Palestina do século I. Na sua forma de vida, de relacionar-se consigo mesmo, com Deus e com os outros revela-nos como podemos

---

<sup>1</sup> Para estruturar esta breve reflexão baseei-me nos apontamentos do seminário “Seguimiento de Jesús,” orientado pelo professor Doutor Javier Vitória Comenzana, que frequentei na Universidade de Deusto, 2005-2006, semestre de verão.

<sup>2</sup> Cf. Rom 5, 5.

<sup>3</sup> Sobre a categoria do “encontro”: J. MARTIM VELASCO, *El encuentro con Dios*, Cristiandad, Madrid 1976, 59. O. Gonzalez Cardedal sistematiza a sua compreensão de Cristo à luz desta categoria: O. GONZALEZ CARDEDAL, *Jesus de Nazaret. Aproximación a la cristología*, Bac, Madrid 1993. Juan Ambrosio no seu livro *Encontro com Cristo, plenitude do ser humano*, Paulinas, Lisboa 2002, sobre o pensamento de O. Gonzalez Cardedal, apresenta a categoria do encontro como categoria nuclear de toda a experiência cristã.

<sup>4</sup> Cf. J. MARTIM VELASCO, *El encuentro con Dios*, 60. Santo Inácio de Loiola nos Exercícios Espirituais ao propor a “Contemplação para alcançar Amor”, supunha que era possível fazer experiência de Deus através das criaturas. Cf. INACIO DE LOIOLA, *Ejercicios Espirituales*, Sal Terrae, Bilbao 1985, 134-135.

seguir-lo. No entanto, na sua vida não podemos encontrar as formas de resposta concretas, ou seja, como hoje num contexto histórico e cultural diferentes, devemos concretizar o seguimento. Esta é uma das razões pelas quais, o mesmo Jesus, nos enviou o Espírito Santo, para que pudéssemos responder com fidelidade ao longo da história ao projeto do Pai<sup>5</sup>.

Sem a referência ao Jesus histórico, pode cair-se num seguimento arbitrário e sem critério. A referência histórica é o elemento formal e configurador do seguimento, que revela os valores fundamentais, inspiradores da vida de Jesus e que hoje devem inspirar a cada um dos seus seguidores.

Sem o Espírito do ressuscitado, o seguimento pode degenerar na imitação servil e anacrónica<sup>6</sup>. O seguimento de Jesus nunca pode ser entendido como pura imitação dos seus gestos, atitudes e palavras. No seguimento não existem regras ou normas que obrigam ou coartam a liberdade, mas linhas de força que orientam e não obrigam. O verdadeiro seguidor segue o Espírito de Jesus ressuscitado e, por isso, é capaz de recriar, nos momentos concretos da sua existência, as atitudes fundamentais de Jesus.

Ainda que o seguimento tenha como fonte a comunhão com Ele, vivida na intimidade do coração, torna-se necessário implicar-se no projeto de Jesus e comprometer-se na construção do Reino. Todo aquele que está com Ele experimenta-se enviado,<sup>7</sup> ou seja, a experiência de comunhão com Ele deve desembocar na missão de evangelização.

O seguimento nunca é uma iniciativa de quem segue senão resposta a um convite. Seguir Jesus é acolher o seu chamamento e dispor-se a acolher o seu Espírito. Não depende só da vontade humana, é dom de Deus. Depende da pessoa humana responder, não só no momento em que percebeu a chamada, mas, também, manter a resposta no quotidiano, atualizar a chamada, e comprometer-se no amor e no serviço para a construção do Reino de Deus.

O chamamento é normalmente vivida numa comunidade. Jesus convocou um grupo de discípulos e hoje continua a propor que partilhemos, com outros a fé, a vida e a missão. Esta chamada estende-se a toda a vida da pessoa e sendo a profissão um âmbito

---

<sup>5</sup> Cf. Jo 7,12-13.

<sup>6</sup> Cf. J. F. AMBROSIO, "O professor no seguimento de Jesus", in *Pastoral Catequética* 6 (2006) 85.

<sup>7</sup> Cf. Mc 3,13.

significativo da mesma, esta pode ser entendida também como resposta a uma vocação e vivida como uma missão.

Neste sentido, entendo que ser professora de EMRC tem um certo caráter vocacional, ou seja, é uma forma de responder e concretizar, a partir da profissão, a chamada de Jesus a segui-lo na missão de levar a boa notícia do seu evangelho a todos os povos. A missão do professor de EMRC insere-se, assim, dentro do seguimento de Jesus, como uma forma de viver a sua chamada à missão de evangelizar.

## 2. *MISSÃO DO PROFESSOR DE EMRC*

Este é apenas o terceiro ano que leciono esta disciplina e, por isso, limito-me a refletir sobre o curto caminho percorrido, sobre os erros cometidos e os pequenos êxitos alcançados. Esta pequena reflexão é também o meu desafio pessoal de crescimento como profissional da docência, pois, citando a D. Tomaz: “O docente não é um super-homem ou uma supermulher, definitivamente preparado através da formação inicial”. (...) “Nenhum docente nasce acabado, por isso, ninguém começa perfeito”<sup>8</sup>.

Devo começar por referir, que seguir Jesus como docente não significa necessariamente ser melhor que outros docentes crentes ou não crentes. Seguir Jesus imprime um modo diferente de estar na realidade e de relacionar-me com essa realidade, de assumir os fracassos e de celebrar os êxitos.

Preocupo-me, sobretudo, em estar atenta, levando a sério a realidade escolar, não desperdiçando as oportunidades para a tornar mais humana. Não se trata de anunciar explicitamente a Jesus Cristo mas ser como o fermento na massa, alguém que está atento às necessidades dos alunos e dos colegas e que vive comprometido com o Reino de Deus nessas situações concretas<sup>9</sup>.

Todos os professores, e de um modo especial o professor de EMRC, são frequentemente questionados e confrontados com todo tipo de questões e, por vezes, postos em causa. A disciplina de EMRC é pouco valorizada em muitos ambientes escolares e o professor

---

<sup>8</sup> T. S. NUNES, “O perfil do docente de Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 86.

<sup>9</sup> “Porque é alguém que tem de estar desperto para o sentido profundo da existência humana, assumindo-se mesmo como testemunha e profeta, a missão do professor de EMRC pode ser considerada uma vocação e um carisma”. J. F. AMBROSIO, “A confessionalidade do ensino religioso escolar”, in *Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, SNEC, 1997, 99.

visto como alguém diferente dos outros professores. Precisamos, por isso, de cultivar um profundo equilíbrio interior e, desde o dito anteriormente, encontro a fonte deste equilíbrio numa relação comigo mesma, com os outros e com Deus tal como Jesus nos convida a construir. Seguir Jesus, que não teve medo de estar entre os últimos nem de ser o último, pode mostrar-nos caminhos novos perante realidades nem sempre fáceis de assumir.

Uma das questões fundamentais que o professor de EMRC tem de estar preparado para abordar, é o tema do sentido. Ao longo do programa de EMRC, somos convidados a despertar nos alunos questões existenciais, ajudá-los a refletir e a encontrar as suas próprias respostas. Isto supõe alguém com maturidade<sup>10</sup>, reconciliado com a sua própria história, e que elaborou o seu percurso de modo que os alunos não fiquem apenas com a visão teórica apresentada no manual, mas possam ver o que é uma vida com sentido na vida do seu professor. Torna-se cada vez mais necessário, para que os alunos percebam a relevância do religioso, que o professor possa ilustrar com o seu exemplo de vida alguns dos conteúdos que leciona.

Acompanhar os alunos no seu itinerário, nas suas dúvidas e opções, é algo que transcende a sala de aula. Muitos alunos têm necessidade de conversar com alguém, não somente com os seus amigos ou pais, e a experiência diz-me que o professor de EMRC é um interlocutor procurado. É, por isso, importante, saber ouvir, acolher o outro, estar livre de preconceitos, ter uma vida afetiva equilibrada, assim como, ser capaz de mobilizar os conhecimentos científicos, quando necessário. Na maioria das vezes os alunos procuram-me para desabafar ou para continuarem o tema da aula, personalizando-o, quando se trata de temas como o “amor humano” ou a “adolescência e os afetos” mas, por vezes, também aparecem as questões religiosas.

Se todos os professores devem ter uma postura proactiva, os professores de EMRC devem-no ser de um modo especial, pois este é também o seu modo específico de construir o Reino<sup>11</sup>. Por outro lado, os quarenta e cinco minutos semanais são demasiado curtos para construir a relação com o aluno e aprofundar algumas questões suscitadas pelo programa. É ainda importante desenvolver outras atividades, tendo em

---

<sup>10</sup> Cf. M. A. GOMES, “O Perfil do professor de Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 1997, 83.

<sup>11</sup> Cf. M. A. GOMES, “O Perfil do professor de Educação Moral e Religiosa Católica”, 92-93.

vista dar a conhecer o que se faz na disciplina aos docentes ou aos Encarregados de Educação pois, estes têm por vezes imagens erróneas da mesma. Também os alunos não inscritos devem merecer a nossa atenção e ser tidos em conta na hora da planificação e organização de atividades. Impõe-se, por isso, ao professor de EMRC ser um dinamizador da comunidade educativa dando, assim, a conhecer as potencialidades da disciplina e revelando a sua verdadeira identidade.

## II. IDENTIDADE E FINALIDADE DA EMRC

Em Portugal, o Ensino Religioso Escolar tem uma longa e rica tradição e constitui uma das responsabilidades da Igreja Católica, realizada nas suas próprias instituições educativas e em instituições estatais e privadas. Este ensino visa a educação integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens e, dado o seu perfil educativo, expresso na sua denominação de “Educação Moral e Religiosa Católica”, enquadra-se na missão evangelizadora da Igreja<sup>12</sup>. Consequentemente, cabe à Igreja Católica a orientação do ensino de EMRC, competindo-lhe a elaboração e revisão dos programas, a elaboração, edição e divulgação de manuais e de outros instrumentos de trabalho, bem como a apresentação de candidatos a professores<sup>13</sup>.

O ensino de EMRC é garantido pelo Estado. Este reconhece a disciplina como curricular de frequência facultativa. Vários são os documentos que apoiam e legitimam a presença da EMRC na escola: as diretrizes concordatárias<sup>14</sup>, os documentos da Igreja sobre a liberdade religiosa e a educação cristã<sup>15</sup>, os princípios emanados da Declaração dos Direitos do Homem, assim como os pactos das Nações Unidas<sup>16</sup>. Por sua vez, o dever do Estado de proteger a família, o respeito pelo direito à liberdade religiosa, o direito dos pais de escolherem o género de educação a dar aos filhos, o reconhecimento do contributo da EMRC para a formação pessoal e social dos alunos e a consideração da

<sup>12</sup> Cf. T.S. NUNES, “Identidade e Metodologia do Ensino Religioso Escolar”, in *Pastoral Catequética* 8 (2006) 12.

<sup>13</sup> Cf. Estou apenas a citar o Artº 19º da Concordata. Este artigo encontra-se citado e comentado em: J. M. S. MARTINS, “Enquadramento histórico/legal do ensino religioso nas escolas públicas”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 78.

<sup>14</sup> Refiro-me ao Artº 19º da Concordata. *Ibidem*.

<sup>15</sup> Veja-se por exemplo: Declaração Dignitatis Humanae nº5

<sup>16</sup> Cf. J. MIRANDA, “A legitimidade da educação moral e religiosa na escola do estado”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2001, 184-185. Este artigo mostra a legitimidade da EMRC referindo e comentando o Artº 43º da Constituição da República Portuguesa, Artº16º e 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artº 13º do Pacto Internacional dos direitos Sociais e Culturais das Nações Unidas, Artº 14º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Veja-se por exemplo: *Declaração Dignitatis Humanae* nº5.

especial representatividade da população católica do país, têm sido suficientes para reconhecer a legitimidade desta disciplina. No entanto, temos assistido a grandes mudanças na sociedade, em concreto à diminuição do número de católicos e à passagem a um estado laico, por isso, podemos afirmar com António Estanqueiro “esta disciplina tem sido mais tolerada que desejada”<sup>17</sup>.

A disciplina de EMRC, sendo curricular e estando plenamente inserida no Sistema Educativo Português, tem as mesmas responsabilidades que as outras disciplinas, devendo, por isso, partilhar as mesmas preocupações educativas e assumir, igualmente, as novas perspetivas oriundas da investigação em educação. Tais deveres acrescem de importância, se tivermos em conta a missão conferida à Igreja nestes domínios<sup>18</sup>. Trata-se, portanto, de uma área curricular disciplinar, mas de natureza confessional, o que faz com que leia a realidade a partir de uma visão cristã, em geral, e católica, em particular. Por outro lado, a frequência da disciplina é de carácter facultativo, aspeto que acaba por constituir um dos desafios sérios com que se vê confrontada na atualidade.

No que se prende com os seus objetivos, a EMRC, procura contribuir para que a escola concretize as suas finalidades, ou seja, de oferecer uma educação integral. Neste sentido, esta disciplina tem como objetivo ajudar a desenvolver a dimensão religiosa, uma vez que ela é uma das chaves hermenêuticas a partir das quais se constrói a história humana<sup>19</sup>. Essa dimensão não é apenas constitutiva da condição humana, mas é tipificante. Na verdade, se olharmos para a história, podemos constatar como a dimensão religiosa esteve sempre aí presente. Em determinados momentos, esta dimensão teve mesmo o exclusivo do sentido e hoje, embora não detenha a mesma exclusividade, continua a afirmar-se como uma das instâncias bastante importantes para atribuir sentido à existência e simbolizar a vida<sup>20</sup>.

Esta meta não muda quando se trabalha a partir de uma chave hermenêutica particular, como é o caso da disciplina de EMRC. “Por isso, e correspondendo a esta exigência, a Educação Moral e Religiosa Católica assume-se como uma chave de leitura para a vida

---

<sup>17</sup> Cf. ANTÓNIO ESTANQUEIRO, “O contributo da Educação moral e Religiosa para a formação integral, in *Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, SNEC, Lisboa 2001, 125. Esta afirmação de A. Estanqueiro diz respeito às dificuldades que na prática esta disciplina enfrenta, tanto nas escolas como também dentro do sistema educativo.

<sup>18</sup> Cf. J. MILTON, “Interdisciplinaridade e Transversalidade em Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 188.

<sup>19</sup> Cf. J. F. AMBROSIO, “A Educação moral e religiosa na escola pública”, in *Communio* 5 (2001) 443.

<sup>20</sup> Cf. J. F. AMBROSIO, “A Educação moral e religiosa na escola pública”, 444.

humana e para o mundo, cujo ponto de partida será, necessariamente, Jesus Cristo e o seu Evangelho”<sup>21</sup>.

Muitos dos problemas que afetam esta disciplina estão relacionados com o atual contexto social e religioso. A sociedade atravessa uma etapa de grandes e rápidas transformações. O cristianismo participa inevitavelmente desta crise. Estamos numa etapa de reconfiguração da fé e das crenças. No período da cristandade, nascer e tornar-se cristão era quase o mesmo acontecimento. A fé transmitia-se com o ambiente cultural e integrava as evidências comuns. Com o advento da modernidade a sociedade passou a transmitir, em vez da fé, a liberdade religiosa do cidadão. Hoje são os próprios indivíduos que ao afastarem-se da instituição elaboram os seus próprios itinerários alternativos, afastando-se das formas herdadas do cristianismo. Neste contexto assistimos a uma verdadeira crise de transmissão. L. Duch considera que a família, a sociedade e a comunidade religiosa, que este autor designa por estruturas de acolhimento, estão em crise, ou seja, deixaram de transmitir o conjunto de tradições que permitiam aos indivíduos constituírem um corpo social e inserirem-se numa realidade histórica concreta<sup>22</sup>. Se estas não desempenham o seu papel, cabe à escola, e neste caso, de um modo particular à EMRC, pôr-se ao serviço, e colmatar os possíveis vazios.

Podemos dizer que a razão de ser da EMRC é, também, a própria escola, pelo que só cumprirá a sua missão se estiver ao serviço desta e dos seus protagonistas que são os alunos. É importante ter em conta que o papel da escola reside na construção da comunidade humana e não da comunidade de fé<sup>23</sup>. Não obstante, a Igreja não só não se deve retirar da Escola, como tem um importante papel a desempenhar nesta instituição. Assim, tal como afirma Marco Gomes: “...numa sociedade de informação fragmentada, desarticulada de sentidos parciais e parcelares e numa escola aberta e plural, emerge como necessidade fundamental o desenvolvimento de aptidões que ajudem o aluno a ser capaz de lidar com a mudança de perspetivas e com a perceção diferenciada da realidade que facilitem a integração dessas mesmas perspetivas e que promovam a construção, através de complexas decisões de sentido, de um determinado projeto de vida”<sup>24</sup>. É por este motivo que o programa de EMRC dedica uma enorme atenção aos

<sup>21</sup> J. MILTON, “Interdisciplinaridade e Transversalidade em Educação Moral e Religiosa Católica”, 188.

<sup>22</sup> L. DUCH, *La educación y la crisis de la modernidad*, Paidós, Barcelona 1997, 12.

<sup>23</sup> Cf. J. F. AMBROSIO, “A Educação moral e religiosa na escola pública”, 448.

<sup>24</sup> M. GOMES, “Competências em Educação Moral e Religiosa Católica e desenvolvimento de capacidades e atitudes”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 108.

valores, sob o ponto de vista da sua fundamentação religiosa, consciente que poderá ajudar os alunos a formar a sua identidade no que tem de específico.

A principal tarefa de EMRC é precisamente a de proporcionar a reflexão sobre questões fulcrais da vida e sobre valores “facilitando uma qualificada interpretação da vida e do mundo, através de uma apropriada hermenêutica religiosa-teológica”<sup>25</sup>. Trata-se assim de educação religiosa feita a partir de uma religião concreta, o que não se deve confundir, no entanto, com o ensino da religião católica. A EMRC procura ajudar os alunos a trilhar o seu percurso de crescimento e formação pessoal, mediante um conhecimento e encontro com a experiência e a vivência da fé cristã católica, sem contudo deixar o processo educativo específico da escola, bem como a liberdade e a consciência de cada aluno<sup>26</sup>. No entanto, refira-se também que, não obstante essa consciência, de que o sentido da vida pode ser fundamentado a partir do religioso, a religião não pode ser considerada como a única fonte de sentido.

O que se pretende, portanto, é desenvolver a competência religiosa, a qual constitui, na verdade, o horizonte onde se encontra, a especificidade e a originalidade da proposta cristã veiculada pela EMRC, numa releitura da existência à luz do acontecimento de Jesus Cristo. Sendo a dimensão da religiosidade e da transcendência uma chave de leitura do mundo, implica, necessariamente, o desenvolvimento de atitudes e de comportamentos que a explicitam e desenvolvam.

Tal como foi dito, esta disciplina deve orientar-se, de acordo com o pensamento de João Paulo II, para “formar personalidades ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a própria liberdade”<sup>27</sup>. Assim, o que a disciplina de EMRC pretende ao desenvolver pedagogicamente a competência religiosa é “... proporcionar as cartas náuticas de um

---

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> Cf. J. F. AMBROSIO, “Tópicos para uma reflexão”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2001, 166.

<sup>27</sup> JOÃO PAULO II - *Discurso del Santo Padre Juan Pablo II a un simposio internacional sobre la enseñanza de la religión católica en la escuela*. Obtido a 20 de maio de 2011 às 11 horas através de: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1991/april/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19910415\\_insegnamento-religione\\_sp.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1991/april/documents/hf_jp-ii_spe_19910415_insegnamento-religione_sp.html), 4.

mundo complexo e em perpétua agitação e, ao mesmo tempo, a bússola para poder navegar por ele”<sup>28</sup>.

Na perspectiva de Marco Gomes, o desenvolvimento dessa competência está ao alcance da disciplina de EMRC, mediante a atenção a quatro aspetos fundamentais: o desenvolvimento de uma atenção e de uma perceção da dimensão religiosa da realidade, a valorização da dimensão da comunicação religiosa, o desenvolvimento de uma atitude dialogante com as várias religiões e propostas de leitura do religioso e, num contexto plurirreligioso, o esforço no sentido de levar os alunos a desenvolver uma atitude de abertura perante a alteridade cultural e religiosa. Consequentemente, o mesmo autor acredita que a escola só pode proporcionar aos alunos uma formação integral, integrante e integradora, mediante a presença do Ensino Religioso Escolar, razão pelo que afirma: “...a EMRC tem, na escola, um papel decisivo e fundamental, permitindo, assim, que os alunos possam, cada vez mais, afirmar a sua humanidade e não somente a sua existência”<sup>29</sup>. E mesmo tratando-se de um grande desafio, a verdade é que ele decorre de uma exigência intrínseca à própria verdade e atualidade da EMRC.

Perante tudo isto, podemos dizer que o que se pretende com a EMRC é que o aluno desenvolva as competências inerentes ao religioso, o que não pressupõe necessariamente que ele tenha de fazer opções a esse nível. Do mesmo modo, isto não significa que esta disciplina não pretenda constituir, para os alunos que se identificam com o cristianismo, a par dos objetivos de natureza cultural, uma oportunidade de aprofundamento da sua visão cristã da vida.

Assim, em resumo, o grande objetivo da Educação Moral e Religiosa Católica é fornecer um referencial de leitura e interpretação da existência humana a partir do religioso. A pessoa humana também se constrói desde esta dimensão e torna-se necessário ajudar o educando a adquirir o conhecimento e a competência necessários para posicionar-se perante o fenómeno religioso. Para isso, como já referimos anteriormente, é necessário trabalhar a “competência” e a “sensibilidade” religiosa de cada educando. Torna-se assim fundamental, desenvolver nos educandos a sua aptidão

---

<sup>28</sup> Citação de JQUES DELORS, *Educação: um tesouro a descobrir, Relatório Internacional sobre Educação para o século XXI*, Porto, Ed. Asa, in M. GOMES, “Competências em Educação Moral e Religiosa Católica e desenvolvimento de capacidades e atitudes”, 113.

<sup>29</sup> M. GOMES, “Competências em Educação Moral e Religiosa Católica e desenvolvimento de capacidades e atitudes”, 113.

para perceber e reconhecer a dimensão religiosa da realidade e da existência humana. Neste sentido, considero que há alguns aspetos essenciais que devem ser abordados como por exemplo:

- Educar a dimensão religiosa visando a formação integral da pessoa<sup>30</sup>.
- A linguagem religiosa. Conceitos como a fé, a graça, o pecado e a salvação, fazem parte de um vocabulário que é importante conhecer e decifrar<sup>31</sup>.
- Os comportamentos religiosos. A oração, o culto, e o compromisso são, entre outros, comportamentos fundamentais sem os quais não se pode possibilitar aos alunos o entendimento e a aceitação de determinados papéis religiosos. Trata-se de, com tudo isto, ir desenvolvendo nos alunos uma atitude e posicionamento perante a dimensão religiosa do mundo e da vida humana, ajudando-os também a assumirem posturas dialogantes com as várias religiões<sup>32</sup>.
- Sensibilizar para a interioridade. Entendendo a interioridade como uma dimensão constitutiva da pessoa crente ou não. A nossa autoconsciência, emoções, recordações, desejos, medos, dúvidas, escalas de valores...formam um todo complexo e vivo que denominamos interior, por oposição ao exterior. Para os crentes, o interior é o âmbito da interioridade onde acontece o encontro pessoal com Deus. Para todos é esta dimensão interior que outorga sentido e reforça o conteúdo do nosso exterior<sup>33</sup>.
- Os conteúdos religiosos devem ser explicitamente abordados, pois é a partir deles que se tornam possíveis as diversas leituras críticas e o entendimento mais profundo da cultura e de muitas tradições presentes nas sociedades<sup>34</sup>.

Para finalizar, resta-me sublinhar que a EMRC mais que um direito da Igreja é um serviço que esta presta à escola e à sociedade<sup>35</sup>. Cabe ao professor saber prestar este serviço, mostrando o valor e a necessidade da disciplina na sociedade atual.

---

<sup>30</sup> Cf. J. PUJOL BALCELS, *Introducción a la pedagogia de la fé*, Eunsa, Pamplona 2001.

<sup>31</sup> Cf. J. F. AMBROSIO, “A Educação moral e religiosa na escola pública”, 447. Refira-se que dentro da linguagem religiosa deve ser dado especial importância à linguagem simbólica.

<sup>32</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>33</sup> Cf. E. ANDRÉS, *La Educación de la interioridad*, CCS, Madrid 2009, 29.

<sup>34</sup> Cf. J. F. AMBROSIO, “A Educação moral e religiosa na escola pública”, 447.

<sup>35</sup> Cf. CONFERENCIA ESPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*. Secretariado Geral da Conferencia Episcopal Portuguesa, Lisboa 2006, 12.

Nesta perspetiva, a Prática de Ensino Supervisionada (PES) foi uma oportunidade de reflexão conjunta sobre o ensino da EMRC.

### III. REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

#### 1. CONTEXTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

##### 1.1. Breve caracterização da Escola

A prática de ensino supervisionada foi realizada na Escola Básica 2, 3 Professor Galopim de Carvalho, situada no Pendão, Queluz, Concelho de Sintra.

O nome da escola faz referência ao patrono, o professor Galopim de Carvalho, grande defensor do património cultural e científico, que se tornou o símbolo, para as novas gerações, de uma militância necessária e generosa, em prol da preservação de sinais marcantes da riquíssima evolução da história natural. Para o facto, contribuiu decisivamente o seu empenhamento na defesa das grandes jazidas com pegadas de dinossáurios, descobertas em Carenque, Sesimbra, Espichel e Serra de Aire.

A escola existe há dezoito anos mas só se encontra no atual edifício desde 2001. Agora possui excelentes instalações o que possibilita a realização das mais diversas atividades.

Devido ao elevado número de alunos a escola funciona em dois turnos, manhã e tarde. A tabela seguinte mostra o número de alunos distribuído por anos de escolaridade no ano letivo de 2009-2010<sup>36</sup>:

<i>Número de alunos por ano/turma</i> Ano	Turmas	Nº Alunos
5º Ano	13	321
6º Ano	11	260
7º Ano	2	40
8º Ano	3	75
9º Ano	3	71
Total	32	767

Em relação à naturalidade da população escolar, refira-se que existe um número considerável de alunos oriundos dos PALOPS, em concreto cinquenta e oito alunos de

<sup>36</sup> Projeto Educativo de agrupamento 2010-2013. Aprovado em Conselho pedagógico de 11 de novembro e em Conselho Geral de 25 de novembro, Página 13.

Cabo Verde, trinta e três da Guiné-Bissau, vinte e nove do Brasil e vinte e quatro de Angola<sup>37</sup>.

A maioria dos alunos provém de um meio socioeconómico desfavorecido<sup>38</sup>.

A escola tem dificuldade em envolver os encarregados de educação na vida escolar e verificam-se fracas expectativas dos mesmos face à escola.

Em relação à EMRC, sendo uma disciplina de frequência facultativa, é frequentada por apenas 25% dos alunos<sup>39</sup>.

## **1.2. Caracterização da Turma do 6.º I**

A turma de EMRC era composta por doze alunos. Um destes alunos era abrangido por um PIT e não compareceu na escola durante o ano letivo. Um aluno somente se incorporou à turma na aula número dez.

A turma era constituída por seis rapazes e seis raparigas, com uma média de onze anos de idade.

Relativamente à sua origem, nove são de origem Portuguesa, um é de origem Guineense, e um é Cabo-Verdiano. Dois tinham Língua Portuguesa Não Materna.

Nenhum destes alunos apresentava retenções em anos anteriores. Cinco tinham planos de recuperação em várias disciplinas.

Um aluno era hiperativo e estava medicado. Dois alunos apresentavam sintomas de imaturidade, impulsividade e agressividade. Um aluno tinha uma situação familiar instável.

Nem todos os alunos frequentaram EMRC no quinto ano de escolaridade.

No início do ano letivo, foi realizado um teste de avaliação diagnóstica tendo por base o programa do sexto ano, com o objetivo de saber quais os conhecimentos dos alunos

---

<sup>37</sup> Cf. Portefólio PES (caraterização da Escola); O Portefólio PES pode ser consultado na íntegra no CD que se encontra anexo a este relatório.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>39</sup> Cf. Tabelas de frequência da disciplina por anos e turmas: Portefólio PES (Caraterização da Escola, Página 10-11). Ver CD anexo a este trabalho.

sobre os conteúdos do programa. Verificou-se que onde os alunos obtinham classificações mais baixas era no domínio “religião e experiência religiosa” e “cultura bíblica”. Observou-se que para uma média final dos testes de 82% a unidade letiva 2 “Advento e Natal” do atual programa de EMRC só atingiu 69%<sup>40</sup>. Esta unidade letiva foi a lecionada na prática de ensino supervisionada (PES).

## 2. BREVE REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Este é o meu terceiro ano de lecionação e, por isso, sou consciente que necessito ainda desenvolver muitas competências como docente. A PES é, assim, uma fase de intensa aprendizagem. Neste sentido, considero que os vários âmbitos que a constituem, ou seja, a planificação, a lecionação, a elaboração de relatórios, assim como, o acompanhamento da professora orientadora cooperante, são elementos indispensáveis neste processo de aprender a ensinar. Saliente-se que a PES, não se restringiu à aula lecionada, pois, além do trabalho pessoal, foi extremamente enriquecedora a reflexão conjunta, visando uma planificação mais ajustada, aumentar o repertório de estratégias e, sobretudo, desenvolver as competências de reflexão sobre a prática.

Desde o início desta experiência percebi que aprender a ensinar pressupõe uma boa conjugação das dimensões científicas, pedagógica e relacional. Não basta um bom domínio dos conteúdos, é também necessário saber desenvolver e aplicar as estratégias adequadas à turma e, ao mesmo tempo, estabelecer com esta uma boa relação pedagógica. Um triplo desafio para quem começa.

R. Arends considera que os objetivos do ensino e o conceito de professor eficaz são centrais para aprender a ensinar<sup>41</sup>. Para este autor, o principal objetivo do ensino é ajudar os alunos a tornarem-se independentes e autorregulados.

Assim, um professor eficaz é, como mínimo, uma pessoa academicamente competente, que domina a matéria que ensina e que se preocupa com o bem-estar das crianças e jovens. É, por isso, alguém motivado, que reflete sobre o que faz e que procura continuamente melhorar os métodos de ensino, aumentando o seu repertório de práticas de ensino.

---

<sup>40</sup> Cf. Portefólio PES. Relatório da Unidade Letiva 2 “Advento e Natal”. Página 1, Tabela 1. CD anexo a este relatório.

<sup>41</sup> Cf. R. I. ARENDS, *Aprender a Ensinar*, Mc Graw Hill, Madrid 2008, 7.

Os professores têm de realizar funções de liderança, de instrução e de organização. Lideram os seus alunos planeando, motivando e facilitando a aprendizagem. O aspeto mais valorizado da atuação do professor é a instrução. Os investigadores educacionais e os professores desenvolveram o que hoje se chama “modelos de ensino”. Estes pretendem descrever uma abordagem geral, ou plano, para o ensino. As vantagens dos modelos de ensino incluem uma base teórica coerente e de procedimentos e estruturas de ensino específicos. Não se preconiza a utilização de um modelo único, mas sim que o professor deve poder selecionar a abordagem mais adequada aos objetivos e à turma<sup>42</sup>.

A aprendizagem dos alunos não depende somente do que os professores fazem nas aulas, mas é também influenciada pelo seu trabalho com os pais. O professor é, assim, chamado a gerir processos organizacionais complexos requeridos para a eficácia global da escola. Numa Escola como a Galopim de Carvalho é extremamente importante, e ao mesmo tempo difícil, o trabalho com os pais. Algumas destas famílias não têm capacidade, seja cultural seja de outro tipo, de acompanhar os seus educandos<sup>43</sup>. Só a experiência, acompanhada de uma análise e reflexão aprofundada, podem ajudar a desenvolver a arte de ensinar e a arte de liderar as relações.

### **2.1. Diversidade cultural, linguística e de género**

Enquanto professores somos chamados a responder eficazmente à diversidade cultural, étnica, de género, linguística e socioeconómica e, neste sentido, a equidade e a diferenciação são dois tópicos, que devem estar sempre na mira do professor reflexivo.

Numa sociedade cada vez mais marcada pela desigualdade, quer seja devido às minorias étnicas, quer seja às diferenças económicas e sociais, impõe-se aos professores o desafio de criar salas de aula recetivas e que proporcionem às crianças e jovens igualdade de oportunidades para aprender. Este é, atualmente, um dos grandes desafios quotidianos de um professor de uma Escola como a Galopim de Carvalho. Refira-se que, na turma do 6ºI, a dificuldade em criar um clima de sala de aula onde todos tenham as mesmas oportunidades, reside, sobretudo, no comportamento desajustado de alguns alunos. Isto leva a que, por vezes, o professor gaste demasiada energia em impor a disciplina e não preste tanta atenção a outros alunos que poderiam progredir mais na aprendizagem.

---

<sup>42</sup> Cf. R. I. ARENDS, *Aprender a Ensinar*, 17-18.

<sup>43</sup> Cf. Projeto Educativo de agrupamento 2010-2013. Aprovado em Conselho pedagógico de 11 de novembro e em Conselho Geral de 25 de novembro, Pagina 15.

Na turma onde lecionei, acontece que os alunos mais perturbadores são os dois que têm Língua Portuguesa como língua não materna. Um destes alunos apresenta uma situação familiar instável. O nível socioeconómico destes dois alunos é baixo. É notória a preocupação do Conselho de Turma que, compreendendo a situação destes alunos, tem procurado resolver a situação mediante a aplicação de diferentes estratégias. No entanto, a situação não tem vindo a melhorar, pois, estes alunos também não têm o devido acompanhamento familiar.

Trata-se de uma situação muito complexa que necessitaria do envolvimento de toda a comunidade educativa e do meio envolvente.

Em relação ao género, e sendo a turma composta por seis rapazes e seis raparigas, o grupo das raparigas é, de longe, mais empenhado e trabalhador que o dos rapazes, sendo este, como já referi, onde se encontram mais problemas de comportamento. Esta é uma das dificuldades em gerar um clima de equidade nesta turma concreta. O professor deve estar muito atento, para não sobrevalorizar o grupo das raparigas em detrimento dos rapazes.

Em relação à diversidade cultural de etnia e de raça, estas são sempre um desafio para o professor, agravado pelas questões relacionadas com a intolerância. As minorias vivem muitas vezes situações de desigualdade e injustiça. Villegas<sup>44</sup> usou a teoria da diferença cultural para explicar as dificuldades de desempenho que os alunos membros de minorias apresentavam na sala de aula. Este autor defendeu que os baixos resultados das minorias podem ser explicados pela descontinuidade entre a cultura doméstica e a cultura escolar e não por um qualquer defeito cultural. A diferença cultural relaciona-se com a linguagem. Se a linguagem é usada de forma diferente pela subcultura e pela cultura maioritária, então os membros dessa cultura estão em desvantagem.

Na turma do 6ºI parece confirmar-se a tese de Villegas, pois verifica-se que os problemas relacionados com a descontinuidade cultural são notórios somente nos dois alunos com Língua Portuguesa não materna.

Trabalhar com alunos em salas de aula com diversidade cultural, racial, linguística e de género requer do professor uma análise contínua das suas atitudes, estereótipos e mitos

---

<sup>44</sup>Cf. Citado por: R. I. ARENDS, *Aprender a Ensinar*, 62.

assim como um bom auto conhecimento. Deve assegurar-se que os seus programas são justos e culturalmente relevantes e que está a usar estratégias de ensino eficazes e culturalmente recetivas. Isto implica conhecer as culturas das minorias, ser sensível, pois, as pessoas de diferentes culturas categorizam e processam a informação de formas diferentes. Creio que isto é muito importante ao planificar para alunos oriundos dos PALOP.

Parece-me importante sublinhar algumas orientações do autor relativas ao trabalho com crianças de diferentes raças e grupos étnicos mas que também se aplicam ao trabalho com alunos de diferentes sexos<sup>45</sup>:

- O professor deve ser consciente das suas próprias opiniões e comportamento;
- Deve verificar a frequência e natureza da sua interação verbal;
- Deve certificar-se de que a sua linguagem e materiais curriculares são equilibrados e não incluem estereótipos sexuais;
- Deve-se mostrar respeito por todos os alunos;

Em relação aos alunos de baixo estatuto socioeconómico, é importante mostrar respeito por eles e apresentar-lhe elevadas expectativas académicas.

Em resumo, o desafio primordial e quotidiano do professor é a sala de aula. Tendo em conta todos os aspetos mencionados, motivar os alunos a aprender e adaptar os programas de maneira a torná-los mais atrativos e relevantes, é uma tarefa diária do professor.

Neste sentido, e, no âmbito deste trabalho, devo referir, que a Prática de Ensino Supervisionada foi uma excelente ocasião de aprendizagem e reflexão. Como referi anteriormente, a turma onde lecionei apresentava certa diversidade cultural pelo que foi necessário realizar algumas adaptações no programa de EMRC. A unidade letiva lecionada foi a unidade letiva 2 “Advento e Natal” que seguidamente apresento, contextualizando-a no programa atual de EMRC.

### *3. A UNIDADE LETIVA 2 NO PROGRAMA DE EMRC*

Para esta unidade letiva o programa propõe as seguintes competências<sup>46</sup>:

---

<sup>45</sup> Cf. R. I. ARENDS, *Aprender a Ensinar*, 78.

5. Interpretar produções culturais (literárias, pictóricas, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos.
6. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos.
8. Relacionar o fundamento religioso da moral cristã com os princípios, valores e orientações para o agir humano, propostos pela Igreja.
9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.
10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.
14. Identificar o núcleo central constitutivo da identidade do Cristianismo, particularmente do Catolicismo.
23. Interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes.
24. Reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida quotidiana.
25. Interpretar produções estéticas de temática cristã, de âmbito universal e local.
26. Apreciar produções estéticas de temática cristã, de âmbito universal e local.

Para estas competências propõe-se a seguinte operacionalização e respetiva lista de conteúdos, originando a tabela seguinte<sup>47</sup>:

<i>Operacionalização das Competências</i>	<i>Conteúdos</i>
1. Interpretar produções culturais que aludem ao valor da esperança. (Comp. 5 e 9)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Advento: tempo de esperança</li> </ul>
2. Interpretar textos bíblicos sobre a esperança messiânica de Israel, reconhecendo as suas implicações na vida quotidiana. (Comp. 14, 23 e 24)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A grande esperança de Israel: Is 9,2-7; 11,1-9</li> <li>• Jesus, o cumprimento da esperança de Israel</li> </ul>
3. Interpretar e apreciar produções estéticas sobre Maria, tendo em conta os vários títulos e o seu significado, bem como a unidade da pessoa. (Comp. 25 e 26)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maria, a mãe de Jesus</li> <li>• Os muitos títulos de Maria: Nossa Senhora de Fátima, N. S. de... (santuários ou Igrejas locais), Santa Maria, Mãe de Deus, etc;</li> <li>• A festa da Imaculada Conceição, Padroeira de Portugal</li> </ul>

<sup>46</sup> SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Ensinos Básicos e Secundário*, SNEC, Lisboa 2007, 85.

<sup>47</sup>*Ibidem*, 85-86.

4. Interpretar episódios históricos e factos sociais, enquadrados geograficamente, em torno do acontecimento Jesus. (Comp. 6 e 14)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Palestina do tempo de Jesus: situação geográfica, política, social, etc.</li> <li>• O nascimento de Jesus e a definição do calendário cristão</li> <li>• Jesus: um marco na história da humanidade: a palavra e o amor de Deus que chegam até nós</li> </ul>
5. Mobilizar o valor da esperança bem como os valores estruturantes da mensagem de Jesus para orientar o comportamento humano em situações vitais. (Comp. 8, 10 e 12)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de uma sociedade mais justa, humana e responsável de acordo com o projeto de Jesus</li> </ul>

Os conteúdos da unidade letiva 2 inserem-se dentro da grande área temática da mensagem cristã. Dentro desta área temática, são abordados temas relevantes dentro da Igreja Católica, tal como, a arte cristã ou Maria, Mãe de Jesus, este diretamente relacionado com o Advento e incluído nesta unidade letiva<sup>48</sup>.

A competência 14, “identificar o núcleo central do cristianismo particularmente do catolicismo,” é operacionalizada duas vezes, em relação à interpretação dos textos bíblicos e em relação à interpretação dos factos históricos e sociais. Deste modo, parece que o programa reconhece a importância desta unidade letiva para desenvolver esta competência.

De facto, na cultura em que vivemos, esta competência é central e, talvez por isso, é proposta para todos os ciclos de ensino. Creio que por “núcleo central do cristianismo” devemos entender o acontecimento “Jesus Cristo”. Como já referi anteriormente, dada a crise de transmissão que atravessa as diferentes estruturas da nossa sociedade, a escola aparece como um âmbito importante onde esta competência pode ser trabalhada e, de um modo particular, nesta disciplina.

#### 4. A UNIDADE LETIVA 2 ADAPTADA À TURMA DO 6ºI

Na turma do 6ºI, nem todos os alunos frequentaram a disciplina de EMRC no quinto ano<sup>49</sup>, sendo os seus conhecimentos nos domínios da “religião e experiência religiosa” e

<sup>48</sup> Cf. J. PAULO, “Princípios organizadores e gestão do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Pastoral Catequética* 8 (2007) 102.

<sup>49</sup> Na Unidade Letiva 3 do 5º ano de escolaridade “Jesus, um Homem para os outros”, ainda que se vise acentuar mais os aspetos históricos da vida de Jesus é também proposto apresentar Jesus como Messias, Senhor e Filho de Deus.



	-estrela; -missa do galo; -bolo de rei. -postais de Natal.
--	---

Depois de lecionada a unidade<sup>50</sup>, considerei que os objetivos que me tinha proposto foram alcançados. De facto, as estratégias foram adequadas, os conteúdos foram explorados com rigor, as competências foram trabalhadas e a avaliação foi muito positiva<sup>51</sup>.

### 5. O PROBLEMA DA UNIDADE LETIVA 2 “ADVENTO E NATAL”

Comparando os conteúdos propostos pelo programa atual para a unidade letiva 2 e os adaptados para a turma do 6º I, verifica-se que, o nascimento de Jesus na proposta de conteúdos do programa atual, apenas aparece em relação ao calendário cristão.

O Natal é um dos acontecimentos centrais do cristianismo e, por isso, esta unidade letiva deve apresentar aos alunos o Natal com a relevância que lhe é própria dentro do cristianismo. Neste sentido, impõe-se apresentar o Natal como o nascimento de Jesus, especificando quem é Jesus para os cristãos. Jesus é o Salvador para os cristãos e o Natal é um acontecimento salvífico para o cristianismo<sup>52</sup>.

De fato, o Natal é comumente entendido apenas como uma festa bonita, importante e histórica. Celebramos o nascimento de alguém importante, que ensinou a humanidade a amar e a ser mais humana, e recordamos que devemos ser boas pessoas fazendo campanhas de solidariedade, mas perdemos a referência a Jesus Cristo. O Jesus que

<sup>50</sup> As planificações desta unidade letiva encontram-se no portefólio PES, no CD anexo a este trabalho.

<sup>51</sup> Cf. Grelha dos resultados dos testes de avaliação sumativa: Portefólio da prática de ensino supervisionada, relatório da unidade letiva 2, página 19-20.

<sup>52</sup> O título de Salvador é atribuído a Jesus sobretudo na obra de Lucas. Em concreto, nos evangelhos da infância este título aparece duas vezes, sendo uma delas em Lc 2,11 onde aparece associado a outros dois termos “Cristo” e “Senhor”. A este propósito refere D. Gerber: “Par la densité de l’information christologique concentre de manière unique dans les termes *soter*, *cristos* et *kirios*, cette deuxième interprétation de la naissance de Jésus confiée à l’ange du Seigneur souligne donc à nouveau son caractère exceptionnel, l’insistance portant cette fois sur le rôle dévolu, dans le dessein sotériologique de Dieu, à celui qui vient de naître. Cf. DANIEL GERBER, “Il vous est né un Saveur”: la construction du sens sotériologique de la venue de Jésus en Luc-Actes, Labor et Fides, Genève 2008, 89. Refira-se ainda que este autor renuncia a optar por uma *theologia crucis* ou por uma *teologia gloriae* entendendo que toda a vida de Jesus tem uma dimensão soteriológica em especial a sua vinda. Cf. *Ibidem*, 16. Por outro lado, como refere António Gonzalez a doutrina da Salvação e a relevância da fé cristã estão intrinsecamente unidas. Cf. A. GONZALEZ, “Salvación/soteriología”, in J.J. TAMAYO, *Nuevo diccionario de Teologia*, Trotta, Madrid 2005, 820-830.

nasce deixou de ser importante e já não é a razão que nos move, nos nossos atos de amor e de serviço. Celebramos o Natal, mas não celebramos o nascimento de Cristo.

Sou consciente que na densidade da humanidade se manifesta a plenitude do divino. Em épocas anteriores, a religiosidade esteve marcada por uma acentuação excessiva da dimensão divina da pessoa de Jesus, em detrimento da sua dimensão humana, e atualmente, ainda se fazem notar as consequências de tal desequilíbrio. No entanto, é necessário ter em conta o contexto em que nos encontramos. Recordo que se trata de crianças com uma média de idades de 11 anos. Como já tive oportunidade de referir, num contexto sociocultural como o atual, onde as estruturas de transmissão do conhecimento religioso estão em crise e, por isso, a sociedade apresenta uma forte iliteracia religiosa, cabe à escola desempenhar este papel. Devo sublinhar que não se trata de levar os alunos a acreditarem que Jesus é o Salvador, senão a perceber que o Natal é importante para os cristãos porque é o nascimento de Jesus, o Salvador para os cristãos

O grande desafio será ajudar os alunos a perceberem porquê o nascimento de Jesus é importante para os cristãos. Trata-se de uma missão complexa pois na sociedade em que vivemos Deus não é importante, Deus deixou de ser Deus. Aqui tocamos o cerne do nosso problema: como fazer perceber a relevância do Natal para os cristãos a alunos de uma sociedade sem Deus, ou melhor, onde este Deus foi substituído por muitos outros pequenos deuses. Este seria um desafio que excede os limites deste trabalho. Creio mais sensato limitar-me apenas a procurar tornar a unidade letiva 2, uma unidade mais direcionada para o núcleo central do cristianismo, em concreto do catolicismo, de maneira a que os alunos percebam a relevância do nascimento de Jesus Cristo, e consequentemente, do Natal cristão.

## *CONCLUSÃO*

O ensino da Educação Moral e Religiosa Católica é uma missão complexa e cheia de desafios. A PES permitiu-me tomar contato e refletir sobre algumas realidades diferentes da minha praxis diária e que exigem não só a dedicação do professor como também programas com conteúdos apelativos e relevantes para os alunos. Por outro

lado, urge explorar ao máximo as potencialidades desta disciplina, que tem como finalidade desenvolver a dimensão religiosa da pessoa humana na escola, numa sociedade onde é para alguns a única instituição que forma nessa área.

No decorrer da prática de ensino, onde lecionei a unidade 2 “Advento e Natal” do programa do sexto ano de escolaridade, foi necessário adaptar o programa para torná-lo mais acessível aos alunos. Numa reflexão *a posteriori*, perguntei-me sobre a necessidade, nesta unidade letiva, de ajustar os conteúdos para que os alunos compreendam o Natal como um acontecimento salvífico, e, por isso, relevante para os cristãos, pois numa primeira análise verifiquei que os conteúdos apresentados pelo programa não facilitavam a compreensão do Natal como o nascimento de Jesus nem lhe atribuíam qualquer significado salvífico. Para avançar no estudo, impõe-se averiguar quais os elementos que caracterizam o Natal e o definem como acontecimento salvífico.

Para clarificar esta questão, numa segunda parte deste trabalho, recorro à Bíblia para procurar os elementos que caracterizam e identificam o tempo de Advento/Natal como um tempo de salvação.

## 2ª PARTE – OS PERCURSOS DA SALVAÇÃO NO TEMPO DE ADVENTO E NATAL

Visando encontrar os elementos que caracterizam a esperança na salvação, procedi a uma leitura dos textos da liturgia do tempo do Advento/Natal. Uma vez identificados, elaborei os três seguintes capítulos: “O percurso narrativo da esperança na salvação”, “O percurso narrativo da realização da salvação” e “Traços relevantes da dinâmica bíblica da salvação”. Não me limitei somente aos textos bíblicos destes tempos litúrgico, ainda que foram eles o meu ponto de partida. Procurei, sempre que possível, em nota de rodapé, assinalar que se trata de um texto da liturgia do tempo de Advento/Natal.

## I. O PERCURSO NARRATIVO DA ESPERANÇA NA SALVAÇÃO

### 1. A JUSTIÇA QUE VEM DE DEUS

Uma das traduções da esperança na salvação é a esperança na justiça. Não numa justiça humana mas naquela anunciada pelos profetas: “A justiça que vem de Deus” (Br 5,2)<sup>53</sup>. A justiça de Deus radica na relação que Este estabelece com o povo a partir da aliança e, por isso, parece-me necessário introduzir este conceito pois é a partir dele que é possível compreender a justiça divina.

Para o povo de Israel, a noção de justiça não se pode entender somente a partir das instituições humanas, pois, a revelação fundamental dada a Israel, ou seja, a aliança de Deus com o seu povo, estrutura e fundamenta todos os aspetos essenciais da vida de Israel, entre os quais o conceito de justiça. A teologia da aliança está no centro da Bíblia<sup>54</sup>: “O Senhor, nosso Deus, concluiu uma aliança conosco no Horeb. Não foi com os nossos pais que o Senhor concluiu esta aliança mas conosco que, estamos aqui vivos hoje” (Dt5, 2-3). A aliança é a consequência da eleição, ou seja, o ato inicial pelo

---

<sup>53</sup> A frase completa de Baruc é: “Cobre-te com o manto de justiça que vem de Deus, e põe sobre a tua cabeça o diadema de glória do Eterno”. Br 5,2. Este texto, Br 5,1-9, é a primeira leitura do 2º domingo do Advento, ano C. Refira-se que o tema da justiça é um dos mais frequentes nos textos litúrgicos do Advento. A categoria da justiça é uma ideia central na Bíblia hebraica. O hebraico bíblico usa três raízes diferentes para expressar a ideia de justiça. Podemos, assim, identificar três grupos de significados associados ao conceito de justiça: juízo, sentença judicial, direito objetivo, veredicto, decreto, ordem; ordem criada, num todo bem integrado e harmonioso nas suas várias componentes, ordenador das justas relações entre os homens; justiça, retidão enquanto comportamento justo e reto conforme essa ordem, enquanto ação salvadora. Cf. A. VAZ, “Justiça e misericórdia na Bíblia Hebraica”, in *Disdaskalia* 41 (2011) 221. Neste capítulo trato da “esperança na justiça”, entendida como a justiça de Deus e, por isso, não me detenho a aprofundar todos os significados do conceito de justiça que aparecem no Antigo Testamento.

<sup>54</sup> Cf. GÉRARD VERKINDÈRE, *La justice dans l'Ancien Testament*, Cerf, Paris 1998, 32.

qual Deus entra em relação com Israel e o escolhe para ser o seu povo. É o cumprimento na história de Israel de uma promessa feita aos seus pais e é a realidade permanente que assegura esta relação.

A escolha de Israel é da total iniciativa de Deus. O Senhor baseia a sua eleição no seu amor e na fidelidade ao juramento feito aos antepassados: *“Não foi por serdes mais numerosos que outros povos que o Senhor se agradou de vós e vos escolheu; vós até éreis o mais pequeno de todos os povos. Porque o Senhor vos ama e é fiel ao juramento que fez a vossos pais, por isso, é que, com mão forte, vos atirou e vos salvou da casa da servidão, da mão do faraó, rei do Egito”* (Dt 7,7-8). Com alguma frequência, o Deuterónimo associa numa mesma frase os termos “escolher” e “amar”, relacionando-os entre si: *“E, porque amou os teus antepassados e escolheu a tua descendência depois deles, tirou-te do Egito com a força do seu grande poder”* (Dt 4,37).

A aliança é totalmente gratuita. Israel não teve nenhum mérito ao ser escolhido. O verbo “escolher”, usado em hebreu, não evoca simplesmente a escolha como seleção de um projeto, de um objeto ou de uma pessoa entre outras, senão que acentua o efeito da liberdade de quem escolhe. Deste modo, a escolha de Israel pelo Senhor não é uma seleção entre os povos. O Senhor declara ter escolhido um povo que não estava predestinado para ser escolhido, uma vez que ele nem sequer é uma grande nação. Escolher é, assim, um ato totalmente livre, que exclui o interesse ou a utilidade<sup>55</sup>.

Neste sentido, o Senhor não escolheu Israel por ele ser um povo justo: *“Fica pois a saber que não é pelo teu mérito que o Senhor, teu Deus, te dará a posse dessa terra ótima, porque sois um povo de dura cerviz”* (Dt 9,6). A eleição de Israel não é a recompensa da sua justiça mas uma responsabilidade de justiça face aos outros povos<sup>56</sup>.

A aliança estabelece uma relação de pertença recíproca. A fórmula frequente tanto na Torah como nos profetas será: *“A fim de entrardes na aliança do Senhor, vosso Deus, feita com juramento, aliança que o Senhor vosso Deus, estabelece hoje convosco, para vos constituir hoje como seu povo e ser Ele próprio, o Senhor, vosso Deus, como vos prometeu e como jurou a vossos pais, Abraão, Isaac e Jacob”* (Dt 29,11-12). A aliança estabelece Israel como parceiro numa relação de igualdade, com o Senhor, sujeito de

---

<sup>55</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>56</sup> Cf. *Ibidem*, 33.

liberdade, de amor e de palavra. A sua relação não será baseada na força nem num contrato de interesse. A eleição não é um privilégio senão uma chamada a amar suscitada pelo amor do Senhor.

Só a partir da revelação da aliança se pode entender a justiça de Deus na sua relação com Israel. A aliança é para Israel uma vocação permanente à fidelidade de Deus vivida na justiça e no amor ao próximo. A justiça de Israel é assim resposta à sua eleição. O Senhor não é justo porque dá a cada um o que ele merece sob a forma de recompensa ou castigo. Ele é justo porque deu início a uma relação de justiça e ama o outro incondicionalmente.

A justiça de Deus é a consequência da prática da aliança. O Senhor é o Deus justo e salvador pois mantém a sua aliança. Este reconhecimento é a fonte da oração do povo: *“Ó Deus, meu Salvador, livra-me do crime de sangue, e a minha língua anunciará a tua justiça”*. (Sl 51,16). Esta é a fonte da esperança dos profetas. Isaías afirma que o fundamento da justiça de Deus é a sua própria identidade, a sua santidade: *“O Senhor espera para se apiedar de vós, aguenta para se compadecer de vós; porque o Senhor é um Deus justo”* (Is 30,18)<sup>57</sup>.

O Senhor é santo e justo pois oferece a Israel participar numa comunhão de vida com Ele. Jeremias afirma que o Senhor é justo e salvador porque é fiel à sua promessa: *“Eis que virão dias em que cumprirei a promessa favorável que fiz à casa de Israel e à casa de Judá-oráculo do Senhor. Nesses dias e nesse tempo, suscitarei de David um rebento de justiça, que praticará o direito e a equidade no país. Nesses dias Judá será salvo e Jerusalém viverá em segurança. Este é o nome com o qual será chamada: ‘Senhor-nossa justiça’”*<sup>58</sup> (Jer 33,14-16)

Esta relação entre justiça e salvação que aparece em vários textos de Isaías, por vezes toma a forma de uma revelação celeste sobre o fim do exílio como em Is 51,5-8 ou de uma forma mais poética como em Is 45,8: *“Destilai ó céus, lá das alturas o orvalho, e*

---

<sup>57</sup> Este texto faz parte da liturgia do Advento, sábado da 1ª semana.

<sup>58</sup> Este texto é a primeira leitura do 1º domingo de Advento, ano C.

*que as nuvens façam chover a justiça. Abra-se a terra para que floresça a salvação, e germine igualmente a justiça*<sup>59</sup>.

## **Justiça e perdão**

Esta relação entre justiça e salvação torna-se visível na forma como Deus se relaciona com Israel e concretamente na manifestação do perdão. Uma passagem significativa é a que apresenta o amor de Deus como amor misericordioso, comparando-o ao amor que nutre um pai pelo seu filho no Salmo 103, 12-13: *“Como o oriente está afastado do ocidente, assim Ele afasta de nós os nossos pecados. Como um pai se compadece dos seus filhos, assim o Senhor se compadece dos que o temem”*. Sendo esta relação baseada no amor, à semelhança da relação filial, a justiça do Senhor nunca se pode manifestar como um castigo destruidor. Para falar da misericórdia de Deus o Antigo Testamento usa um verbo que indica o movimento das vísceras relacionado com um certo estremecer do útero materno. A misericórdia aparece, assim, ligada à fonte biológica da vida. Somente quem transmite a vida, como o pai ou a mãe, pode oferecer a misericórdia em forma de perdão<sup>60</sup>.

Segundo a verdadeira justiça de Deus, o perdão é um dom livre e gratuito da aliança. Deus salva o seu povo de todo o mal e de toda a alienação, resgatando-o e perdoando os seus erros, mantendo-o assim dentro da dinâmica da aliança. A experiência repetida de Israel, de ser salvo, resgatado e perdoado, está na base da chamada contínua a procurar a presença do Senhor e a voltar-se para Ele. Quando Deus exorta o povo a procurá-lo exprime já o perdão da sua rebeldia: *“Buscai o Senhor, enquanto se pode encontrar; invocai-o enquanto está perto. Deixe o ímpio os seus caminhos, e o criminoso os seus projetos. Volte-se para o Senhor que terá piedade dele, para o nosso Deus que é generoso em perdoar”* (Is 55-6-7).

O perdão reaviva no coração de Israel o desejo de Deus e torna-se assim renovação da aliança. Esta, ainda que pela parte de Deus seja perpétua, pode, pela parte de Israel, ser quebrada e por isso o perdão atualiza-a e renova-a. O povo sente-se assim renovado ao saber-se perdoado gratuitamente. Conhece o seu Deus no íntimo do seu ser através do

---

<sup>59</sup>Cf. GÉRARD VERKINDÈRE, *La justice dans l'Ancien Testament*, 34. O texto de Is 45,8 faz parte da liturgia do Advento, Quarta-feira da terceira semana.

<sup>60</sup> Cf. G. CORTI, “Perdono” in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, San Paolo, Milano 2010, 1005.

encontro misericordioso e pessoal com Ele. Todos aqueles que fazem esta experiência, conhecem a salvação de Deus e manifestam por isso a sua alegria: “*Rejúbilo de alegria no Senhor, e o meu espírito exulta no meu Deus, porque me revestiu com as vestes da salvação e me envolveu num manto de triunfo. Como noivo que cinge a fronte com o diadema, e como uma noiva que se adorna com as suas joias. Porque, assim como a terra faz nascer as plantas, e o jardim faz brotar as sementes, assim o Senhor Deus faz germinar a justiça e o louvor diante de todas as nações*” (Is 61,10-11).

O perdão é algo que é necessário receber como dom e ninguém pode dar a si próprio. Na tradição bíblica o sujeito do verbo “perdoar” é sempre Deus<sup>61</sup>. O pecado é apresentado como um peso insustentável e paralisante: o homem pode-o carregar durante certo tempo mas não tardará em sucumbir e necessita que alguém lhe retire esse peso do qual ele próprio não consegue livrar-se. No Antigo Testamento é comum a crença numa relação causa-efeito entre pecado e doença<sup>62</sup>. Em certos casos, a imagem da doença é usada como representação do pecado que debilita e por vezes conduz à morte. A cura desta enfermidade está nas mãos de Deus como proclama o Salmo 103,3: “*É Ele quem perdoa as tuas culpas e cura todas as tuas enfermidades*”.

## 2. UM REINO DE PAZ

A paz é desde sempre um dos grandes sonhos da humanidade e o Antigo Testamento é disso testemunha pois, a palavra *shalom*, que se traduz habitualmente por paz, encontra-se duzentas e trinta e sete vezes na bíblia hebraica. O seu significado não se restringe aos significados associados à palavra “paz” das línguas modernas. Os especialistas reconhecem ao termo hebraico um conteúdo semântico mais rico e abrangente e uma diversidade de aplicações segundo o contexto<sup>63</sup>.

Para situar-nos nesta amplitude de significados, podemos dizer de forma resumida e sintética, que o termo *shalom* pode apresentar os seguintes sentidos:

---

<sup>61</sup> O sujeito do verbo perdoar é sempre Deus com duas exceções: Lv 16,22 onde o sujeito é o bode expiatório que ao ser levado ao deserto leva com ele a iniquidade de Israel; Is 53,12 onde o sujeito é o servo sofredor que carrega sobre si próprio a iniquidade de Israel. Cf. CORTI, “Perdono” in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temî teologici della Bibbia*, 1005.

<sup>62</sup> Esta crença está presente também no Novo Testamento em Jo 9,2.34.

<sup>63</sup> Cf. R. COSTE, *Théologie de la paix*, Cerf, Paris 1997, 70.

- Totalidade, integridade, plenitude: Este é o conjunto de significados da raiz linguística hebraica *shalom*. Não se encontram muitas palavras no Antigo Testamento com uma tão ampla gama de significados<sup>64</sup>.
- Bem-estar: Este é um significado defendido pela maioria dos autores consultados<sup>65</sup>. É entendido não só no sentido espiritual senão também com um significado físico relacionado com a satisfação das necessidades vitais e o estado de saúde. Está relacionado com a prosperidade, felicidade e sossego. Pode ser entendido a nível individual mas, frequentemente, aparece também como um dom para todo o povo.
- Relacionamentos harmoniosos: O termo *shalom* aparece aplicado a relacionamentos não só entre pessoas senão também entre povos. X. Léon-Dufour destaca o sentido de harmonia, sendo que ele se estende ao relacionamento da pessoa com a natureza, consigo mesma e com Deus, ou seja, a harmonia global da vida em todas as suas dimensões e relações<sup>66</sup>. Está relacionada com a ideia de pacto pois, as relações de aliança entre duas pessoas ou entre dois povos exprimem-se com a expressão “aliança de paz” (cf. Is 54,10). Neste contexto F. Manns afirma que o termo *Shalom* pode evocar o reino escatológico de Deus e do seu Messias<sup>67</sup>.
- Paz. Como é óbvio a perspectiva da paz torna-se presente sempre que é usado o termo *Shalom*. Refiro-me à paz como tranquilidade, serenidade, calma e concórdia entre as pessoas e entre os povos.

*Shalom* pretende expressar tudo o que um oriental deseja como conteúdo da bênção<sup>68</sup>. A paz é um dom de Deus para todo o povo: “*Aos que estão em luto, porei nos seus lábios este cântico: Paz para os de longe e os de perto*” (Is 57,19). Deus é o criador da paz: “*Formo a luz e crio as trevas, dou a felicidade e mando a infelicidade. Eu sou o Senhor, que faço todas as coisas*”<sup>69</sup> (Is 45,7). A paz no Antigo Testamento aparece, por vezes,

<sup>64</sup> Cf. F. MANNS, “Pace”, in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, 933.

<sup>65</sup> Cf. *Ibidem*; I. BROER, “Frieden”, in BAUER, *Bibeltheologisches Wörterbuch*, Styria, Köln 1994, 191; X. LÉON-DUFOUR, *Vocabulario de Teología Bíblica*, Herder, Barcelona 1963, 583; H. BECK, “Paz”, in L. COENEN, E. BEYRENTHER, H. BIETENHARD, *Diccionario teológico del Nuevo Testamento (vol III)*, Sígueme, Salamanca 1983, 309; I. BROER, “Paz”, in W. KASPER, *Diccionario enciclopédico de exégesis y teología bíblica*, Herder, Barcelona 2011, 1229.

<sup>66</sup> Cf. X. LÉON-DUFOUR, *Vocabulario de Teología Bíblica*, 583. F., MANNS, “Pace”, in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, 933.

<sup>67</sup> Cf. F. MANNS, “Pace”, in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, 933.

<sup>68</sup> Cf. R. COSTE, *Théologie de la paix*, 74.

<sup>69</sup> Cf. F. MANNS, “Pace”, in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, 933.

como apelativo de Deus. Gedeão, a quem Deus tinha desejado a paz, edificou um altar e deu-lhe o nome: “*O Senhor é Paz*” (Jz 6,24). Em Miqueias 5,4 o mesmo apelativo será usado para designar o futuro rei, a grande promessa de Deus para o seu povo: “*Ele próprio será a paz*”.

Este aspeto da paz como dom de Deus aparece sobretudo no período do exílio, ou seja, no momento da grande prova do povo de Israel, quando este recebe de Deus uma promessa de paz futura: “*Farei com eles uma aliança de paz; será uma aliança eterna*” (Ez 37,26).

A paz profética é o anúncio da reconstrução de um reino de paz, tal como é apresentada por Is 9, 5-6<sup>70</sup>: “*Porquanto um menino nasceu para nós, um filho nos foi dado; tem a soberania sobre os seus ombros e o seu nome é: Conselheiro Admirável, Deus herói, Pai Eterno, Príncipe da paz. Dilatará o seu domínio com uma paz sem limites,...*”

Neste poema, o “filho” é dado por Deus, como indicam os verbos no passivo e este “menino” desempenhará um importante papel na história do seu povo. Trata-se de um menino que tem sobre os ombros a “soberania”, provavelmente uma alusão ao manto real, símbolo do poder (v.6). Refere o poema que será um maravilhoso conselheiro. O adjetivo maravilhoso é frequentemente usado para designar a obra de Deus, a sua ação. O conselho do novo rei, a sua sabedoria, está, assim, em relação com a esfera de Deus. “*Deus herói*” alude às capacidades guerreiras do rei. Este é habitualmente caracterizado pela sua audácia. Este título “*Deus forte*” no Antigo Testamento é dado somente a Deus.

O título “*Príncipe da paz*” é, à primeira vista, paradoxal: príncipe alude à guerra enquanto “paz” a nega. Como já referi, este termo não significa ausência de conflito, senão que engloba o conjunto de circunstâncias e de realidades que permitem ao povo viver feliz. É um equivalente de felicidade. Depois dos desastres da guerra, o novo rei representa para o profeta a única esperança. O novo rei é instrumento de salvação de Deus<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Cf. MARIA J. CANO, “Paz en el Antiguo Testamento”, obtido a 21 de abril de 2012 às 11 horas, através de <http://www.ugr.es/~eirene/eirene/eirene10cap2.pdf>, 51.

<sup>71</sup> Cf. J. M. ASURMENDI, *Isaie 1-39*, Cerf, Paris 1978, 50.

Este novo rei, objeto das esperanças do profeta, chamado príncipe da paz e realizador da justiça, construirá um reino paradisíaco como veremos de seguida. Através destas imagens poéticas percebe-se que a paz é a ordem desejada pelo Criador no Génesis.

O poema de Isaías 11,1-9 encontra-se diretamente relacionado com este tema. Começa por mencionar Jessé, o pai de David, ainda que bastaria ter mencionado este último para assegurar que se trata de um descendente de uma dinastia real. Alguns termos dos versículos seguintes, como sabedoria e conselho, estão diretamente relacionados com o vocabulário da monarquia. O “*espírito*” é um termo bastante usado por Isaías, em contextos semelhantes a este. As ações dos salvadores de Israel são fruto do Espírito e por isso o Espírito está relacionado com os Príncipes. O “*espírito de fortaleza*” recorda o “*Deus forte, Príncipe da paz*” de Is 9, 1-6. O rei é aquele que conduz os combates do povo e é Deus que lhe dá as forças necessárias. Os restantes versículos continuam a descrever o personagem usando categorias da realeza e não nos parecem relevantes para este estudo.

O *Príncipe da Paz* é quem assegura uma paz infinita. É o rei ideal, segundo a comum conceção da antiguidade, deve exercer a justiça em favor dos pobres e ir ao encontro de todos os que praticam a violência (cf. Is 11, 4). O profeta recorre a imagens e símbolos poéticos para o evocar: “*A justiça será o cinto dos seus rins, e a lealdade circundará os seus flancos*” (Is 11,5). O resultado do governo deste rei é apresentado como um novo paraíso terrestre, onde todos os comportamentos, incluindo os animais, são não violentos<sup>72</sup>. Deste modo, os versículos 6-8 descrevem a reconciliação dos animais entre eles e com o homem, ou mais especificamente, um novo tipo de relações. Trata-se de um novo ordem, onde foram eliminadas as incompatibilidades e as oposições. Assim, estes versículos parecem mostrar que o governo do novo rei terá como consequências uma paz extraordinária onde nenhuma pessoa terá medo. Não podemos ver somente uma evocação idílica, que poderia parecer um sonho. Neste sentido, o último versículo, “*Não haverá dano nem destruição em todo o meu santo monte, porque a terra está cheia de conhecimento do Senhor*”, tem um significado teológico importante para a compreensão de todo o poema: estas relações novas acontecem na humanidade que não pratica a violência e vive intensamente a sua fé no Senhor dentro da sua existência

---

<sup>72</sup> Cf. R. COSTE, *Théologie de la paix*, 78.

quotidiana<sup>73</sup>. As relações harmoniosas com Deus, com os outros (todas as criaturas) e consigo mesmo, surgem a partir do conhecimento de Deus. Recorde-se que o “conhecimento” na Bíblia é sempre entendido no âmbito da relação.

Também Is 2,1-5 apresenta uma visão de paz perpétua onde a humanidade se implica na construção do projeto de Deus, ou seja, da fraternidade e da não-violência: *“transformarão as suas espadas em relhas de arados e as suas lanças em foices. Uma nação não levantará a espada contra outra”* (Is 2,4)<sup>74</sup>.

### **Paz e Justiça**

Como vimos anteriormente, a promessa de paz aparece unida à promessa de justiça e constituem a grande promessa da pregação de Isaias: um novo reino de paz e justiça, no qual todos os oprimidos serão auxiliados, será instaurado (Cf. Sl 72; Is 11,2ss). A paz, e o conjunto de significados a ela associados, são dom de Deus mas é um dom condicionado pela resposta positiva do povo à oferta da aliança.

Por outro lado, para que a paz, que é dom de Deus, se torne um dom para todo o povo é necessário estar garantida a justiça. A relação entre paz e justiça associa o tema da paz com o da aliança: *“O amor e a fidelidade vão encontrar-se. Vão beijar-se a justiça e a paz”* (Sal 85,11)<sup>75</sup>. A paz é anúncio ou consequência da justiça: *“A paz será obra da justiça, e o fruto da justiça será a tranquilidade e a segurança para sempre”* (Is 32,17). M. José Cano vê em Is 32, 17-18, a paz como sinónimo de Justiça<sup>76</sup>: *“A paz será obra da justiça, e o fruto da justiça será a tranquilidade e a segurança para sempre. O povo de Deus repousará numa mansão serena, em moradas seguras e em lugares tranquilos.”* Podemos, assim, concluir que estas duas categorias se encontram intrinsecamente relacionadas e que as duas supõem a existência de uma relação com o Deus da aliança.

Ao longo da história, o povo percebeu que o rei nem sempre governava com justiça e que a paz desejada não era por isso alcançada. Foi aprendendo a pôr a sua esperança não em entidades humanas mas a esperar somente em Deus.

<sup>73</sup> Cf. R. COSTE, *Théologie de la paix*, 78.

<sup>74</sup> Este texto integra a liturgia do Advento, 1º domingo do Advento, ano A.

<sup>75</sup> Este texto faz parte da liturgia do Advento: segunda-feira da 2ª semana. Outros textos que associam a justiça e a paz: Is 48,18; 59,8; Sal 37,37.

<sup>76</sup> Cf. MARIA J. CANO, “Paz en el Antiguo Testamento”, 52

### 3. A ESPERANÇA EM DEUS

A língua hebraica permite distinguir formas diversas da atitude do homem em relação ao futuro: esperança como aguardar tenso, como expectativa paciente, como espreitar perscrutador ou perseverança esperançada. A Bíblia mostra que o resultado depende da atitude do homem face ao futuro: “*A esperança dos justos desemboca em alegria, mas a expectativa dos prevaricadores é destruída*” (Prov 10,23). A posição dos justos é descrita como expectativa perseverante e a dos prevaricadores como previsão tensa, ou seja, impaciente ou como quem se afirma em si mesmo<sup>77</sup>. O homem justo e sensato sabe que deve fazer planos para o futuro mas sabendo que não dispõe do futuro. Por outro lado, este homem experimenta a tentação de depositar a sua confiança nos bens terrenos como se fossem definitivos. Neste sentido, Israel percorreu um longo caminho para deixar de depositar a sua esperança nos bens terrenos, e aprender a esperar no Deus das promessas e da aliança.

Desde as origens, Deus revelou-se como um Deus que faz promessas (Cf. Gen 3,15; Gen 9,1-17) e, ao mesmo tempo, como um Deus que mantém a esperança do seu povo. A história da esperança bíblica começou com Abraão e com as promessas da terra e da descendência. Durante séculos, o objeto da esperança de Israel manteve-se dentro da mesma ordem terrena: “*a terra que mana leite e mel*” (Ex 3,8.17), e todas as formas de prosperidade (Cf. Gen 49; Ex 23,27-33; Lev 26,3-13; Dt 28).

Esta atração pelos bens terrenos não transforma a religião de Israel numa simples moral de bem-estar. Israel percebe estes bens terrenos como bênçãos e dons de Deus que se mostra fiel à sua promessa e à aliança. Deste modo, quando a fidelidade a Deus exige o desprendimento destes bens terrenos, estes devem ser oferecidos sem vacilar (Cf. Jos 6,17-21; 1Sam15). O sacrifício de Abraão era um exemplo de esperança perfeita na promessa de Deus<sup>78</sup>. Desta forma, a esperança em Deus manifestava-se numa resposta pronta e obediente à sua Palavra.

No Deuteronomio, nos profetas e nos livros sapienciais o cumprimento da esperança depende da fidelidade aos mandamentos (cf. Dt 28,13; Sal 1), do temor de Deus (cf. Prov 3,7-8; Sir 34,14) ou da conversão (cf. Os 14 2-9). Os objetos da esperança parecem

<sup>77</sup> Cf. HANS WALTER WOLF, *Antropologia do Antigo Testamento*, Loyola, São Paulo 1983, 203.

<sup>78</sup> Cf. X. L. DUFOUR, *Vocabulário de Teologia Bíblica*, 251-252.

variar consoante a situação que o povo atravessa; nos dias de sofrimento a esperança tem como objeto a cura (cf. 1Re 20 1-11), o perdão (cf. Sl 51; Sab 12,19), a paz (cf. Jer 8,15), a salvação. Esta salvação pode ser entendida como libertação dos inimigos (cf. Sl 7,2) e juízo, ressurreição do povo (cf. Ez 37,1-14), um reino de justiça e de paz, fruto do conhecimento do Senhor (cf. Is 11,1-9).

Não se pode falar da esperança de Israel sem aludir à grande esperança do povo em muitos momentos da sua história: a vinda de um rei Messias, Filho de David. No entanto, por se tratar da esperança de um salvador optei por abordar este tema no capítulo dedicado à “Esperança na salvação”.

Para o Antigo Testamento a esperança de Israel é o Senhor: “*Esperança de Israel, seu Salvador no tempo da desgraça*” (Jer 14,8); “*Tu, Senhor, és a esperança de Israel, todos os que te abandonam serão confundidos*” (Jer 17,13)<sup>79</sup>. São muitos os textos que expressam, ainda que de forma implícita, a esperança em Deus, veja-se apenas um exemplo: “*Se caminhares pelo fogo não te queimarás, e as chamas não te consumirão. Porque eu o Senhor, sou o teu Deus*” (Is 43,2).

No entanto Israel esquece-se com frequência que a prosperidade era um dom do Deus da aliança e caiu na tentação de, à semelhança dos outros povos, pôr a sua esperança nos ídolos, no poder militar ou nas alianças políticas. Os profetas encarregam-se de denunciar esta esperança ilusória e ajudar o povo a voltar-se para Deus, como a sua única e verdadeira fonte de esperança.

### **A dimensão relacional da Esperança**

A esperança tem uma dimensão relacional: o homem pode invocar Aquele em quem deposita a sua esperança. O próprio léxico usado no texto hebraico traduz este fenómeno, pois, a raiz da palavra esperança é frequentemente associada à raiz da palavra confiança (cf. Sl 33,21-22; Job 11,18), sendo estas por vezes intercambiáveis<sup>80</sup>.

Esta é a atitude do orante bíblico ao dirigir-se a Deus: “*Em Deus confio, nada temo: que mal me poderão fazer os homens?*” (Sl 56,12); “*O Senhor é minha luz e minha*

---

<sup>79</sup> Cf. X. L. DUFOUR, *Vocabulário de Teología Bíblica*, 251-252; F. MIES, “Speranza” in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, 1329; HANS WALTER WOLF, *Antropologia do Antigo Testamento*, 204.

<sup>80</sup> Cf. F. MIES, “Speranza”, in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, 1328.

*salvação: de quem terei eu medo? ...Mesmo que me declarem a guerra, ainda assim terei confiança” (Sl 27, 1.3).*

O homem bíblico tem a experiência de dirigir-se a Deus através da oração: *“Todos têm os olhos postos em ti, e a seu tempo, tu lhe dás o alimento (Sl 145,15); “Seguindo os caminhos dos teus desejos, Senhor, esperamos em Ti. E com que ansiedade pronunciamos o teu nome e nos lembramos de ti! A minha alma suspira por ti de noite, e do mais profundo do meu espírito, eu te procuro pela manhã ... (Is 26,8-9). Espera o próprio Deus mais além dos bens que Ele eventualmente lhe poderá proporcionar. Para ele esperar em Deus significa pôr em Deus a sua confiança.*

Esperar em Deus significa acreditar que Deus responde: *“Ouve, Senhor, a voz da minha súplica, tem compaixão de mim e responde-me” (Sl 27,7).* Esta pode dar-se através da Palavra que, para o homem bíblico, não é apenas boa notícia, como também performativa: *“Assim como a chuva e a neve descem do céu, e não voltam mais para lá, senão depois de empapar a terra, de a fecundar e fazer germinar, para que dê semente ao semeador e pão para comer, o mesmo sucede à palavra que sai da minha boca: não voltará para mim vazia, sem ter cumprido a minha vontade” (Is 55, 10-11).*

O orante espera a resposta de Deus e manifesta o desejo de estar na sua presença: *“A minha alma tem sede de Deus, do Deus vivo! Quando poderei contemplar a face de Deus?” (Sl 42,3).*

Esta esperança expressada num desejo impetuoso da proximidade de Deus é manifesta nos textos do profeta Isaías: *“Quem dera que rasgasses o céu e descesses.” (Is 63,19); “Ele nos ensinará os seus caminhos” (Is 2,3); “Deus vem em pessoa retribuir-vos e salvar-vos” (Is 35,4).* São frequentes os textos onde o profeta manifesta a esperança na presença de um Deus que se faz próximo do seu povo ensinando ou tendo as atitudes de guia e pastor: *“É como um pastor que apascenta o rebanho, reúne-o com o cajado na mão, leva os cordeiros ao colo, e faz repousar as ovelhas que têm crias” (Is 40,11)<sup>81</sup>.*

---

<sup>81</sup> Estes textos de Isaías fazem parte da liturgia do Advento: Is 2,3: 1º domingo do Advento, ano A; Is 63, 19: 1º domingo do Advento, ano B; Is 35,4: 3º domingo do Advento, ano A; Is 40,11: 2º domingo do Advento, ano B.

#### 4. A ESPERANÇA NA SALVAÇÃO

Na Bíblia a categoria da salvação designa a intervenção de Deus na história, de todos os homens como povo e como indivíduos, libertando-os de perigos e colmando-os de dons. Associada a esta, aparece também a palavra “redenção”. As duas categorias evocam um vocabulário afim: proteção, libertação, expiação, resgate, remissão, perdão, reconciliação, justificação, paz etc. A redenção tem uma acentuação ligeiramente mais negativa, no sentido de libertação de um mal, enquanto a salvação pretende evidenciar o dom de Deus e os bens messiânicos<sup>82</sup>.

A Salvação messiânica e escatológica é mais do que a salvação de um povo ou de pessoas oprimidas pela doença ou injustiça: “*Nos seus dias, Judá será salvo e Israel viverá em segurança. Então será este o seu nome: ‘O Senhor-é-nossa Justiça!’*” (Jr 23,6). Ezequiel profetiza o surgir de um povo novo liberto e salvo da opressão da impureza ritual (cf. Ez 36,29; 37,23).

#### **A salvação como nova criação no Deutero-Isaías**

No Deutero-Isaías, a palavra Salvação aparece 21 vezes. É descrita como uma nova criação (cf. Is 41,20; 45,8;48,7; 49,10.13.15; 54,7s;55,7) e já não depende da salvação histórica dum povo ou duma Jerusalém do passado mas dum novo reinado de Deus com novas leis e um novo conhecimento<sup>83</sup>.

Este profeta, à semelhança do Genesis, recorre a um vocabulário restrito para designar o ato criador de Deus, acentuando assim a singularidade desta ação, e distanciando-a das ações realizadas pelos homens ou pelos deuses e ídolos dos povos circunvizinhos de Israel. No entanto, saliente-se que enquanto a narração da criação do Genesis tem como objetivo oferecer uma sequência cronológica da ação salvadora de Deus, o Deutero-Isaías contextualiza a teologia da criação no âmbito da eleição.

Podem, assim, considerar-se dois grandes momentos dentro da teologia da criação do Deutero-Isaías: a criação universal e a eleição como criação definitiva<sup>84</sup>. A criação universal surge como resposta de Deus às dúvidas de fé que o mundo da Babilónia

<sup>82</sup> M. CIMOSA, “Salvezza”, in G. RAVASI, R. PENNA, G. PEREGO, *Temi teologici della Bibbia*, 1224.

<sup>83</sup> Cf. J. CARREIRA das NEVES, “Teologia da salvação e teologias da libertação”, in *Communio* 3 (1996) 218-219.

<sup>84</sup> Cf. J. LOURENÇO, “Criação e salvação no Deutero-Isaías”, in *Communio* 4 (1987) 458.

suscitava no seio da comunidade dos exilados: *“Eu é que fiz a terra e criei nela os homens. Foram as minhas mãos que estenderam os céus”* (Is 45,12). A eleição como criação definitiva refere-se à experiência do povo de Israel e ao seu papel entre os demais povos: *“São todos aqueles que têm o meu nome, que Eu criei para a minha glória, que Eu fiz e formei”*<sup>85</sup> (Is 43,7).

A criação, situada no âmbito da eleição, adquire um caráter fortemente soteriológico, o qual se refere tanto ao passado como ao presente. Deste modo, a perspectiva da criação não se limita ao momento das “origens” senão a um processo em contínua realização que tem como panorama a história do povo de Israel. No Deutero-Isaías o contexto imediato que vive o povo é a libertação da Babilónia e portanto este será o novo ato criador de Deus. Israel desterrado não existia enquanto povo, não tinha identidade nem pátria e, por isso, o retorno é vivido como uma nova criação. Se no primeiro êxodo Deus, pelo seu amor, tinha feito nascer um povo que não existia, o profeta nesta situação de opressão, transmite a fé e a esperança numa nova intervenção de Deus: *“A partir de agora, revelo-vos coisas novas, que estavam ocultas e que desconhecíeis; vão ser criadas agora e não o foram antes”* (Is 48,7). E, por isso, chama “criador” a Deus neste contexto: *“Eis o que diz o Senhor, o que te criou, ó Jacob, o que te formou, ó Israel”* (Is 43,1).

Porém, tendo esta teologia como fundamento a eleição de Israel, não se limita à ação salvífica em favor deste povo. A salvação de Deus inclui igualmente os elementos da natureza, tais como a transformação do deserto em jardim: *“Vou abrir um caminho no deserto, e fazer crescer rios na estepe”* (Is 43,18-19); a modificação da terra árida em horto e bosque: *“Farei brotar rios nos morros escavados e fontes do fundo dos vales. Transformarei o deserto num reservatório e a terra árida em arroios de água”* (Is 41,18s)<sup>86</sup>; a abertura de uma estrada no deserto e na montanha: *“Uma voz grita: preparai no deserto o caminho do Senhor, aplanai na estepe uma estrada para o nosso Deus. Todo o vale seja levantado, e todas as colinas e montanhas sejam abaixadas, todos os cumes sejam aplanados, e todos os terrenos escarpados sejam nivelados”* (Is

---

<sup>85</sup> Cf. J. LOURENÇO, “Criação e salvação no Deutero-Isaías”, in *Communio* 4 (1987) 458.

<sup>86</sup> O texto de Is 41, 18-19 está incluído na liturgia do Advento, em concreto na quinta-feira da 2ª semana.

40,3-4)<sup>87</sup>. Todas estas imagens têm como objetivo mostrar a grandeza da ação de Deus e dar testemunho do seu poder.

No retorno do exílio, o profeta fala em nome de Deus e levanta-se como um mensageiro de boa nova: “*Sobe a um alto monte, arauto de Sião. Grita com voz forte, arauto de Jerusalém; levanta a voz, sem receio, e diz às cidades de Judá: ‘Aí está o vosso Deus’*” (Is 40,9-10)<sup>88</sup>

À semelhança do primeiro êxodo, também o Deutero-Isaías, ressalta o tema da glória. Na saída de Babilónia, Deus situa-se à frente do povo (cf. Is 45,2) e o profeta proclama: “*Então a glória do Senhor manifestar-se-á, e toda a gente a há de ver ao mesmo tempo*” (Is 40,5); “*verão a glória do Senhor e o esplendor do nosso Deus*” (Is 35,2)<sup>89</sup>.

Neste processo de libertação, à semelhança do primeiro êxodo onde o mediador tinha sido Moisés, a fé do profeta afirma que Deus destruiu a Babilónia pela mediação de Ciro, o persa, denominado “ungido” do Senhor (Cf. 45,1-8). É a primeira vez que aparece esta denominação aplicada a um rei estrangeiro<sup>90</sup>.

O Deutero-Isaías com esta perspetiva salienta a relação entre a criação e a salvação futura. Assim, criação e salvação são dois aspetos duma única ação divina cujo sujeito é Deus e o destinatário o povo. Por outro lado, a salvação não é mais do que uma ação criadora levada à sua plenitude.

Esta é, sem dúvida, uma nova perspetiva teológica sobre a criação como ato redentor, mediante o qual Deus liberta Israel da caótica situação em que se encontrava na Babilónia. Desta forma, a criação de que fala o Deutero-Isaías é sinónimo de redenção e salvação<sup>91</sup>.

---

<sup>87</sup> Este texto também faz parte da liturgia do Advento, segunda-feira da 2ª semana.

<sup>88</sup> Cf. A. VAZ, *Modelos de transmissão da fé na Bíblia*, Semana de estudos teológicos da faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Paulinas, Lisboa 2005, 60. O texto de Is 40, 9-10 é a primeira leitura da segunda-feira da 2ª semana do tempo de Advento.

<sup>89</sup> Cf. *Ibidem*, 61. O texto de Is 35,2 está incluído na primeira leitura da segunda – feira da segunda semana do tempo de Advento.

<sup>90</sup> Cf. *Ibidem*, 60. Refira-se que, sendo Ciro um rei pagão, é apresentado como “messias” do Senhor e seu colaborador na libertação do seu povo, isto é equivalente a dizer que a salvação se torna universal, como veremos mais à frente.

<sup>91</sup> Cf. J. LOURENÇO, “Criação e salvação no Deutero-Isaías”, 460.

Se para a maioria dos textos bíblicos do Antigo Testamento a salvação se limita ao povo de Israel o mesmo não acontece para este profeta. O Deutero-Isaías apresenta-nos uma visão diferente: antes de criar (eleger) Israel, Deus criou a humanidade (cf. Is 45,12) e antes de estabelecer aliança com Abraão, já a tinha feito com Noé (cf. Is 54,9). Todos os povos na medida que o conhecem e aceitam são convidados a beneficiar da sua ação salvadora<sup>92</sup>.

A teologia da criação do Deutero-Isaías mostra que Deus é o Senhor da história, da criação e da consumação da história, e que se serve de mediadores na prossecução desse objetivo salvífico. Não se trata de um ato material em si, mas sim de uma contínua intervenção de Deus na história, com um dinamismo libertador, passando pelos próprios acontecimentos dessa história concreta. Essa atuação contínua é dom gratuito fruto da aliança que Deus oferece ao homem.

### **A esperança no Salvador**

Para o Antigo Testamento<sup>93</sup>, a esperança na salvação concretizou-se na esperança na vinda de um salvador: um Messias, um rei ungido, da dinastia de David que estabeleceria no mundo o reinado definitivo de Deus<sup>94</sup>. Esta figura do Messias foi-se desenvolvendo ao longo da história, adquirindo significados diversos. Aqui apresento apenas alguns rasgos gerais que considero mais importantes para os objetivos deste trabalho.

No início da monarquia, cada rei era visto como um salvador enviado por Deus ao seu povo. O oráculo de Natán é um dos textos mais antigos que testemunha o caráter messiânico da dinastia de David: *“Além disso o Senhor faz hoje saber que Ele próprio edificará uma casa para ti... A tua casa e o teu reino permanecerão para sempre diante de mim, e o teu trono estará firme para sempre”* (2 Sam 7, 11.16). O oráculo não fala de nenhum sucessor individual concreto, mas apresenta a dinastia de David como mediadora através da qual virá a salvação política que se espera do rei. Neste sentido, os salmos, em concreto o salmo 72, expressam claramente a ideia de um rei salvador. O rei

---

<sup>92</sup> Cf. J. LOURENÇO, “Criação e salvação no Deutero-Isaías”, 468.

<sup>93</sup> No contexto do Advento refiram-se os textos do 4º domingo: Is 7,10-14; 2Sam 1-5.8-12.14-16; Mq 5,1-4.

<sup>94</sup> Cf. J. L. MACKENZIE, “Aspetos del pensamiento del Antiguo Testamento”, in RAYMOND BROWN; J.A. FITZMYER, ROLAND E MURPHY, *Nuevo Comentario Bíblico San Jerónimo. Nuevo testamento. Verbo divino*, Estella 2004, 1070. Distingo assim o Messias das figuras salvíficas, esperadas pelo judaísmo como por exemplo: um profeta semelhante a Moisés, Elias, o Filho do Homem etc.

governa com justiça, é amigo dos pobres e necessitados, vence os inimigos e é o salvador do povo frente aos perigos externos. É sucessor de David e herdeiro das promessas da aliança.

Com o avançar da história, a esperança otimista na dinastia de David claudicou. Depois de reis como Acaz, era difícil manter a esperança de que cada rei era um salvador do seu povo. Isaías torna-se portador de uma nova esperança: Deus atuará na história e suscitará um sucessor de David que será digno do nome de um rei davídico: *“O Senhor, por sua conta e risco, vos dará um sinal. Olhai: a jovem está grávida e vai dar à luz um filho, e há de pôr-lhe o nome de Emanuel”* (Is 7,14); *“O povo que andava nas trevas viu uma grande luz... Porquanto um menino nasceu para nós, um filho nos foi dado; tem a soberania sobre os seus ombros, o seu nome é: Conselheiro–Admirável, Deus herói, Pai-eterno, Príncipe da Paz. Dilatará o seu domínio com uma paz sem limites, sobre o trono de David e sobre o seu reino”* (Is 9,1-6).

O menino será um sinal de que Deus está com o seu povo na pessoa do rei davídico. O herdeiro estabelecerá a justiça, construirá um vasto império, proporcionará a paz e será digno dos títulos do monarca. Talvez Isaías ao escrever estes textos pensasse no rei Ezequias mas, em realidade, estava a descrever um ideal e isso permitiu que os mesmos textos fossem interpretados por gerações posteriores que esperavam uma renovação da monarquia por parte de Deus.

Esta esperança de um ressurgimento da dinastia não era exclusiva de Isaías pois também aparece descrita por Miqueias (cf. Mq 5, 1-4) contemporâneo de Isaías.

No pós-exílio, as expectativas começaram a projetar-se num futuro indefinido, e não se concentravam num monarca de uma dinastia de governantes, senão na vinda de um rei supremo que representaria a intervenção de Deus para salvar o seu povo.

A esperança na intervenção de Deus para salvar o seu povo através de um rei salvador converteu-se numa das maiores esperanças de Israel. Não era esperada só uma salvação política senão uma salvação em virtude do poder de Deus. No seu reinado, o Messias asseguraria a Israel o governo ideal do mesmo YHWH.

## A esperança de Maria

Maria é a figura do Novo Testamento que, como membro do povo também espera um salvador, e terá ela própria um papel essencial na nova criação, que se iniciará com a Encarnação<sup>95</sup>.

Neste sentido, o episódio da anunciação do anjo (cf. Lc 1,26ss), apresenta-nos sucintamente a Maria, uma jovem desposada com José da casa de David. Maria é situada no começo decisivo da história de salvação. Numa pequena aldeia, Nazaré, praticamente desconhecida, nem sequer foi anteriormente mencionada na Bíblia. Era com certeza uma aldeia eclipsada e sem esplendor. É nesta aldeia que Maria recebe a visita e a saudação do anjo Gabriel.

A saudação do anjo Gabriel não é um simples gesto ritual ou uma saudação de circunstância que se podia pronunciar em determinado momento. Esta saudação é um eco das profecias dos tempos messiânicos. No capítulo três de Sofonias pode-se ler: *“Naquele dia, dir-se-á a Jerusalém: Não temas Sião! Não se enfraqueçam as tuas mãos! O Senhor teu Deus está no meio de ti como poderoso Salvador! (Sf 3,16-17); e em Zacarias 9,9: “Exulta de alegria filha de Sião! Solta gritos de júbilo, filha de Jerusalém! Eis que o teu rei vem a ti; Ele é justo e vitorioso...”*. Maria escuta nas palavras do anjo o que escreveram os profetas: que o tempo messiânico está a chegar e percebe que ela está implicada nesta chegada: *“tu que tens o favor de Deus”* (Cf. Lc 1,28).

O relato parece querer mostrar que Maria tem consciência de estar a ser visitada por Deus, apresentando-a turbada, com temor, e perguntando-se que saudação seria aquela. Perante a revelação do anjo, Maria admira-se e pergunta: *“como será isso se não conheço homem?”* (Lc 1, 34) O Antigo Testamento fala de intervenções de Deus em nascimentos e em casais estéreis mas nunca se menciona um nascimento sem a união conjugal. Esta pergunta de Maria é frequentemente entendida como a sua abertura ao plano de Deus.

A revelação do anjo será progressiva. Começa por dizer-lhe que está chamada a ser mãe e que o seu filho se chamará Jesus, que significa *“Deus salva”*. A maternidade que lhe é

---

<sup>95</sup> Cf. GERARD O. COLLINS, *La encarnación*, Sal Terrae, Santander 2002, 127.

prometida faz parte do plano de salvação de Deus, por isso o anjo diz-lhe que o menino que vai conceber será o Messias esperado: “*Será grande e será chamado Filho do Altíssimo*” (Lc1,31). Com estas palavras está a dizer que este menino não será simplesmente mais um entre os filhos dos homens, ou seja, o que o anjo Gabriel anunciou a Maria não é uma maternidade puramente humana. Será Filho do Altíssimo porque a sua Filiação vem do alto e é o próprio Deus que o envia.

Esta é a esperança messiânica que atravessa a esperança do resto de Israel que espera o cumprimento das promessas de Deus. Maria está no coração da história de Israel, como mulher que se abrirá definitivamente em nome de todos ao dom que Deus quer fazer à humanidade. Através dela inicia-se uma nova criação que será também o início de um novo período salvífico na história do povo e da humanidade.

## *CONCLUSÃO*

A espera e a esperança na salvação atravessaram e marcaram a história do povo de Israel. O povo espera a paz e a justiça mas a sua esperança definitiva está em Deus e na sua promessa de um Salvador. Deus fez um percurso de esperança na salvação com o seu povo. Com Maria e o nascimento de Jesus inicia-se o percurso da realização da salvação.

## II. O PERCURSO NARRATIVO DA REALIZAÇÃO DA SALVAÇÃO

### *1. O ANÚNCIO DOS ANJOS AOS PASTORES*

O anúncio dos anjos aos pastores enquadra-se dentro do relato do anúncio do nascimento de Jesus, apresentado pelo evangelista Lucas no início do capítulo 2 do seu evangelho.

O relato inicia-se com a referência a César Augusto, tendo como objetivo um enquadramento histórico. Para o cristianismo primitivo o momento considerado cristológico era o batismo de João, momento em que Deus revelou quem era Jesus e a partir do qual Jesus dá início ao seu ministério. Todos os evangelhos, cada um à sua maneira, solenizam este momento. São Lucas (cf. Lc 3,1-2) descreve o início do ministério de Jesus como um momento de alcance cósmico e situa-o no marco

cronológico dos governantes do Império e de Palestina que se verão afetados pelo seu ministério. Na lista de governantes aparecem os nomes de Tibério César e Pôncio Pilatos. Deste modo, quando Lucas pretende narrar o nascimento de Jesus, ou seja quando retrocede no tempo, enquadra também o nascimento na cronologia dos governantes do Império e menciona César Augusto, o imperador e Quirino o legado da Síria.

O decreto de César Augusto ordenou o recenseamento de “*toda a terra*”, ou seja de todo o império romano. Provavelmente, Augusto tinha como objetivo conhecer o número de homens disponíveis para o serviço das armas e a situação das riquezas, visando uma melhor distribuição dos impostos. O Imperador, o homem mais poderoso do mundo, é aqui colocado em função do plano de Deus, pois é ele que dá um édito para ordenar o recenseamento de todo o povo. Deste modo, é ele que proporciona a sequência de acontecimentos para que tudo suceda conforme ao plano de Deus. O Imperador é senhor do império mas não é senhor da história. A história humana converte-se assim em história de salvação<sup>96</sup>. Lucas ao introduzir o nascimento, de este modo quase solene, situando-o no reinado de César Augusto, pretende atribuir-lhe um significado especial.

O evangelista recordava a Augusto, como aquele que fundou um império que trouxe a paz ao mundo inteiro. Quando Lucas apresenta o nascimento de Jesus, parece fazer um desafio implícito a esta propaganda imperial, não negando os ideais imperiais, senão afirmando que a verdadeira paz do mundo vem por Jesus<sup>97</sup>. Como veremos, a paz faz parte integrante do anúncio dos anjos aos pastores e está associada à presença do Salvador, do menino recém-nascido em Belém.

O relato, enfatizando o silêncio e a simplicidade, refere de um modo sucinto, o nascimento do menino que é colocado numa manjedoura para animais, simplesmente envolvido em panos, sem nenhum sinal de honra ou prestígio. É justamente este paradoxo que servirá de sinal aos pastores. Este permanecerá para os crentes de todos os tempos como a prova que a grandeza de Deus está na sua pequenez e o sinal do seu poder é a sua debilidade<sup>98</sup>. Os pastores, gente simples dos estratos mais baixos da

<sup>96</sup> Cf. RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesias: Comentario a los relatos de la infancia*, Cristiandad, Madrid 1982, 433.

<sup>97</sup> Cf. *Ibidem*, 434-435.

<sup>98</sup> Cf. R. MEYNET, *Il Vangelo Secondo Luca*, Dehoniane, Roma 1994, 100. Outros autores interpretam os panos à luz de Sab7, 4 comparando Jesus com o rei Salomão. O tema da manjedoura pode estar

sociedade da Palestina do século I, ao descobrirem este paradoxo manifestado entre o anúncio do anjo e a simplicidade do presépio, reconheceram-no e aceitaram-no.

O anúncio aos pastores revela a dimensão social e cósmica do acontecimento divino que acaba de realizar-se: anjos, pastores e homens de toda a classe e condição, pois a todos interessa este nascimento.

Este anúncio aos pastores contém o centro da mensagem, ou seja, o versículo 11 apresenta uma densidade de informação cristológica (*Soter, Christos, Kirios*), concentrada e apresentada de maneira quase única no evangelho. Pretende-se assim expressar o seu carácter excepcional e o seu papel dentro do plano salvífico de Deus.

Este acontecimento foi anunciado aos pastores por “*um anjo do Senhor*” como “*boa notícia*,” portadora de uma grande alegria para todo o povo. Este relato de anúncio apresenta a Jesus como agente da salvação mas não inclui nenhuma informação sobre a natureza e o modo de realização da mesma. Parece suficiente que seja o anúncio da realização das promessas feitas a David e à sua descendência, na perspetiva de uma salvação futura e coletiva para todo o povo.

No relato da anunciação aparece o nome “Jesus”, nome judaico (salvador), mas em 2,11 é traduzido ao grego. Este vocábulo era compreensível a todos, judeus e gregos. Lucas ao aplicar este título ao seu Messias apresenta-o, logo nos primeiros capítulos da sua obra, como um Messias que cura, demonstrando assim a sua bondade e misericórdia, e desfazendo todos os possíveis equívocos<sup>99</sup>.

Com o objetivo de tornar este título mais explícito, o autor não o apresenta isolado senão que introduz o título “Senhor”. O Salvador é Cristo Senhor. Esta combinação sem artigo e sem a partícula *kai* não é habitual e não se encontra em nenhuma outra parte no

---

relacionado com Jesus como alimento do mundo. Cf. RAYMOND BROWN; J.A FITZMYER, ROLAND E MURPHY, *Nuevo Comentario Bíblico San Jerónimo. Nuevo testamento*, 145.

<sup>99</sup> Cf. F. BOVON, *L'Évangile selon Saint Luc (1-9), Commentaire du Nouveau Testament*, Labor et Fides, Genève 1991, 124. Refira-se ainda que, no mundo helénico este título estava muito difundido. Era atribuído a divindades como Asclepio, um deus curandeiro, e a soberanos divinizados que se apresentavam como salvadores do povo. Talvez por isso o Novo Testamento usa com discrição este título, pois poderia parecer ambíguo. Além disso, a noção de salvação no mundo grego tinha uma forte conotação individualista e física, enquanto o Novo Testamento queria apresentar uma salvação com um alcance coletivo e com uma dimensão espiritual. Com o tempo o perigo de ambiguidade foi desaparecendo e as cartas pastorais e a segunda carta de Pedro utilizam com frequência o título de Salvador aplicando-o tanto a Deus como a Cristo. Cf. PONTIFICIA COMMISSIONE BIBLICA, *Il popolo ebraico e le sue Sacre Scritture nella Bibbia Cristiana*, 32, Città del Vaticano 2001,77.

Novo Testamento. Desta forma, Lucas pretende insistir no Senhorio de Jesus, assim como na sua missão de salvação. Para o leitor judeu “o Cristo” associado a Belém era suficiente. Para o leitor grego era necessário acrescentar “Senhor” para afirmar o senhorio do Messias. Assim, Ele é apresentado em relação a Deus, não só como o seu unigido e enviado, como também, portador do mesmo Senhorio de Deus<sup>100</sup>.

Lucas, ao usar a expressão *Christos kirios*, parece mostrar que não se pode separar a salvação da pessoa do salvador, no entanto, o narrador centra-se sobre a pessoa do Salvador. A salvação aparece, assim, desde o início, vinculada à pessoa do salvador e, será Ele, que lhe dará conteúdo e sentido. O autor do evangelho faz, assim, uma revelação de caráter cristológico, deixando perceber ao leitor a importância da pessoa do Salvador no plano salvífico de Deus<sup>101</sup>.

Esta salvação que Jesus nos brinda não é somente iniciativa sua, Ele participa da iniciativa de Deus Pai. Por outro lado sendo iniciativa de Deus, não se realiza sem a mediação de Cristo.

A Salvação é anunciada mas não é descrita neste relato. No entanto, esta deve ser entendida em relação a dois referenciais que enquadram o nascimento de Jesus: “*grande alegria para todo o povo*” e “*glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens*”. Estas duas referências assinalam ao leitor que a salvação acontece numa relação recíproca entre Deus, que toma a iniciativa, e o seu povo.

No início do relato foram nomeados César Augusto e Quirino mas, no momento central do mesmo, Lucas opta por este grupo de personagens, os pastores, que preferidos a reis e imperadores, vão integrar a história de salvação, pois serão eles os primeiros a receberem a boa notícia do nascimento do salvador. Os pastores são os primeiros a dar a conhecer a boa notícia da salvação, e também os primeiros a louvar a Deus recebendo o testemunho dos anjos. Recordar-se, assim, a história de David. O mais novo da família, um pastor esquecido nos campos, foi o escolhido pelo Senhor para ser consagrado rei do seu povo<sup>102</sup>.

---

<sup>100</sup> Cf. J. DELORME, “Le salut dans les évangiles synoptiques et les actes des Apôtres” in L. PIROT, A. ROBERT, *Dictionnaire de la Bible*. Supplément (XI), Letouzey et Ane, Paris, 1991, Col. 635.

<sup>101</sup> Cf. *Ibidem*, 636.

<sup>102</sup> Cf. R MEYNET, *Il vangelo secondo Luca*, Dehoniane, 100. Devo referir que o papel dos pastores no relato do nascimento tem suscitado alguma controvérsia entre os autores. Os textos rabínicos, muito

Os pastores representam os primeiros cristãos que recebendo a boa notícia a acolhem com fé e correm a comunicá-la. Uma vez que levaram a boa notícia até ao local do nascimento dão a sua missão por cumprida. Segundo R. Brown são intermediários simbólicos, precursores de futuros cristãos<sup>103</sup>. Salienta-se assim, desde o início, que a boa notícia é para comunicar e tem como destinatário todo o povo. A universalidade da salvação é uma característica do evangelho de Lucas que aqui aparece sublinhada pela expressão “*para todo o povo*”. Esta universalidade apresenta-se com caráter cósmico: “*Glória a Deus nas alturas e Paz na terra...*” (Lc 2,14). É assim uma salvação que pretende alcançar não só o mundo e a história mas também o céu<sup>104</sup>.

No entanto, esta salvação só será reconhecida e acolhida pelos que a esperam com esperança e fé e estão abertos à presença do Espírito.

## 2. O TESTEMUNHO DE SIMEÃO

O evangelista Lucas apresenta uma revelação progressiva do futuro papel de Jesus enquanto Salvador. Desta forma, Simeão, um justo de Israel cheio do Espírito Santo e a profetiza Ana serão as vias de revelação que irão surpreender não só a José mas também a Maria.

Neste episódio o evangelista leva-nos ao lugar onde a esperança israelita se cumpre, tornando-se esperança cristã e antecipação do mistério pascal de Jesus. Zacarias era sacerdote e pai de um profeta e por isso a sua esperança poderia ser entendida como esperança num messianismo nacional de estilo zelote. Maria ao cantar no Magnificat a esperança universal, poderia ser entendida de forma triunfalista, como se não fosse necessário o gesto de entrega (morte) para a realizar. Somente agora, o narrador refere o

---

críticos com os pastores, não explicam a conotação positiva que lhe é atribuída pelo texto bíblico. Por um lado Israel concebe-se como um povo de pastores em oposição aos povos vizinhos, mais urbanos e sedentários. Como outros povos também Israel se serviu do título de “Pastor” para designar o seu Deus e o seu Rei ou Messias. Em Ez 34 aparece uma crítica aos maus pastores de Israel mas em Lc 2,8-20 não aparece nenhuma referência negativa em relação aos pastores. Não parece haver nada de estranho em que sejam eles os representantes do povo e os primeiros ouvintes da boa notícia. Lucas parece apresentá-los aqui como os primeiros cristãos.

Segundo Mq 5, esperava-se o nascimento do Pastor messiânico em Belém e não o nascimento do Messias.

Parece que também um motivo greco-romano pode ter influenciado a redação desta passagem: a descoberta de uma criança por pastores. Homero também já escrevia sobre pastores que viviam nos campos. Cf. F. BOVON, *L'Évangile selon Saint Luc (1-9)*, 124. RAYMOND BROWN; J. A. FITZMYER; ROLAND E. MURPHY, *Nuevo Comentario Bíblico*, 145.

<sup>103</sup> Cf. RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesías*, 448.

<sup>104</sup> Cf. G. SEGALLA, *Evangelo e Vangeli*, Dehoniane, Bologna 1992, 252.

sofrimento necessário para alcançar a plenitude da Salvação, dirigindo-se a Maria e querendo dar sentido à sua maternidade dolorosa<sup>105</sup>.

O episódio está enquadrado pela observância da Lei de Moisés (v.22) ou do Senhor (v. 39). É no interior desta inclusão que o narrador apresenta o encontro com Simeão e, de forma mais sucinta, o encontro com Ana. Lucas menciona três vezes a Lei do Senhor nos v. 22-24 e continua nos v. 27 e 39, pois neste relato, em que se centra sobre a futura grandeza de Jesus, pretende deixar claro que Jesus desde as suas origens se manteve obediente à Lei de Moisés, que é a Lei do Senhor. Segundo Lucas, o extraordinário, ou seja, o acontecer da profecia, está relacionado com o cumprimento da Lei. A história da salvação não nasce do nada mas da observância fiel e quotidiana da Lei. No entanto, a obediência humana constitui apenas o contexto e é necessário a presença do Espírito Santo para que a promessa se cumpra.

O dinamismo salvífico só entra em movimento pela ação do Espírito. São Lucas depois de mencionar três vezes a Lei, refere três vezes o Espírito. É verdade que existe uma certa oposição entre Lei e Espírito mas estas também se interpretam mutuamente como a antiga aliança (Simeão) e a nova aliança (menino Jesus)<sup>106</sup>.

A fidelidade de Simeão e a presença do Espírito transformam este encontro num encontro salvífico não somente para os presentes. O Espírito é sempre universal.

A profecia tinha anunciado que nos últimos dias correriam os gentis à montanha da casa do Senhor para aprender os seus caminhos (Is 2, 2-3; Mq 4,1). Nesta casa proclama-se agora que Jesus é a Salvação preparada para todas as gentes: “*Luz para iluminar a todas as gentes*” (Lc 2, 31-32).

Simeão, que significa “Deus escutou”, espera a consolação de Israel. Esta linguagem recorda o Livro de Isaías, nomeadamente os capítulos 40-55 e 56-66. Concretamente em Is 66,12-13 podemos ler: “*como um menino a quem a sua mãe consola assim te consolarei eu*”, em Is 52,9: “*O Senhor consola o seu povo*”. Estes textos de Isaías são o

---

<sup>105</sup> Cf. J. PIKAZA, *Teología de los Evangelios de Jesús*, Sígueme, Salamanca 1977, 241.

<sup>106</sup> Cf. F. BOVON, *L'Évangile selon Saint Luc (1-9)*, 134.

pano de fundo dos oráculos de Simeão onde este bendiz Aquele que traz a consolação a Israel e a libertação a Jerusalém<sup>107</sup>.

Simeão é assim portador de esperança messiânica, expressão do Israel que aguarda a chegada do Salvador. Espera em Deus não somente para si mesmo mas para o povo de Israel. A mensagem de Lucas é impressionante na sua simplicidade: a fé em Cristo é a resposta legítima, à espera também legítima, dos judeus. Para Lucas, a presença constante do Espírito Santo confere aos crentes atentos a confiança serena e a esperança firme próprias do mesmo Espírito<sup>108</sup>.

Simeão reconhece e recebe nos seus braços o menino em quem tinha reconhecido o Messias do Senhor. O oráculo realiza-se não somente pela vista mas também pelo toque. A relação, à escala microcós mica, entre Simeão e Jesus é a imagem da relação entre a esperança messiânica do povo de Israel e o seu cumprimento<sup>109</sup>.

Só uma fé lucida pode identificar os momentos cruciais da história da salvação, reconhecer a Deus a atuar no mundo e na vida dos indivíduos, a proferir a promessa e a cumpri-la. O evangelista ao compor o *Nunc dimittis* transmite ao leitor que Simeão teve esta percepção. Este velho, justo e piedoso, viu o cumprimento da promessa e percebeu que o objetivo do plano salvífico da aliança de Deus com o seu povo era a paz. Por isso Simeão dá graças: viu a Salvação. Claro que não podemos ver a Deus mas podemos contemplar as suas obras na história.

Simeão, neste relato, parece que desempenha uma única função: reconhecer o Messias e indicá-lo publicamente. Mas se ele compreende que o menino que toma em braços é o Messias é porque lho sugere o Espírito. Não é o menino que se revela a si mesmo, mas o Espírito que o revela a Simeão, e este revela-o a todos os presentes.

Ele permanecerá para todos, e para todos os tempos, símbolo da plenitude da esperança: recebeu a promessa de ver o Senhor antes de morrer e viveu somente para isso. Soube esperar e esperou bem. A sua vida atingiu o auge, agora pode morrer em paz desde a esperança realizada, como indivíduo concreto e como representante do povo, condensado na sua figura. O verdadeiro Israel cumpriu a sua tarefa, pode acabar,

---

<sup>107</sup> RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesias*, 474.

<sup>108</sup> Cf. F. BOVON, *L'Évangile selon Saint Luc (1-9)*, 139.

<sup>109</sup> Cf. *Ibidem*, 140.

esperando o seu salvador onde se vinculam todos os povos. Desaparece a divisão entre gentis e judeus. A glória de Israel é que o seu Cristo seja luz das gentes<sup>110</sup>. Simeão personifica a justiça e a piedade israelita: ele é o símbolo do povo que escuta a Deus, que recebe o seu Espírito e espera a chegada de Cristo.

“*Os meus olhos viram a tua salvação*”, com estas palavras Simeão reconhece o cumprimento da promessa que lhe foi feita pelo Espírito Santo de não morrer, antes de ver a salvação de Deus. Ao receber o menino nos seus braços, reconhece-o como Aquele que será o agente da salvação e que já a manifesta. Simeão tem o dom de perceber na pequenez do menino a grandeza de Deus. Reconhece a Salvação, não a partir do desejo ou necessidade daqueles que esperam, mas dos valores que se revelam no mesmo ser do Salvador.

Simeão, como dissemos, esperava a consolação de Israel. Ao final do relato mencionam-se todos os que esperavam a libertação de Israel (v.38). A espera da Salvação agora já não fica limitada a uma só pessoa senão que se abre à grande comunidade. A noção de “consolação” e de “libertação”, com um significado próximas ao de salvação, não são comentadas. Devem ser entendidas à luz de Isaías como o final de um estado de pena ou de luto, ou como no Benedictus, como libertação dos inimigos. Este bem tão desejado é identificado pelo Espírito com este menino. O Espírito (ou Espírito Santo) é citado três vezes para tornar Simeão capaz de ver com os seus olhos a salvação que se esconde no menino Jesus.

Esta descoberta de Simeão é acompanhada de uma nova revelação: a Salvação é universal. Ele é a Salvação que Deus ofereceu “*a todos os povos e Luz para se revelar às nações e glória de Israel, teu povo.*” (v. 31-32). Este “menino Salvação” será a glória de Israel na medida em que seja revelação da salvação não somente para o seu povo senão para todas as nações.

O menino será objeto de “*queda e de ressurgimento de muitos em Israel e para ser sinal de contradição*”. Simeão é também o homem convertido, que não procura a violência, senão que ensina a Maria, mãe do Messias, a sofrer dentro da alma a dor da espada cristã. Como sabemos o primeiro oráculo de Simeão forma uma inclusão com o final de Atos dos Apóstolos. São Paulo anuncia a Salvação aos gentis porque foi rejeitado em

---

<sup>110</sup> Cf. J. PIKAZA, *Teología de los Evangelios de Jesús*, 241.

Roma pelos Judeus e contra estes cita as palavras de Isaías: Atos 28,26. Este segundo oráculo reflete os mesmos ensinamentos de Jesus conhecidos na comunidade de Lucas, como por exemplo Lc 12, 51-53. O evangelista antecipa assim um extenso tema do seu evangelho, a rejeição de Jesus por muitos membros do povo eleito. Indiretamente alude também ao tema da cruz. Neste segundo oráculo, Simeão como autentico profeta, anuncia a rejeição a catástrofe e a tragédia. É um oráculo de divisão. A salvação necessita ser revelada e reconhecida, ou seja, para ser acolhida necessita uma recepção ativa. Esta questão parece ser o centro da mensagem de Simeão a Maria com a alusão à *“espada trespassará a tua alma”* (Lc 2, 35). O paralelo mais claro no Antigo Testamento é Ez 14,17: *“Ou se Eu fizesse vir a espada sobre o país e dissesse: ‘Que a espada atravesse o país, exterminando homens e animais’”*. A imagem de uma espada de juízo seletivo, que destrói e perdoa, uma espada para discriminar e não somente para castigar. Também Maria, o modelo dos crentes terá que tomar uma decisão a favor ou contra a revelação de Deus em Jesus; os vínculos familiares não suscitam a fé<sup>111</sup>.

Nem os vínculos familiares nem a pertença ao povo de Israel é condição para acolher a revelação de Deus e participar na realização da salvação. A salvação é universal e Deus quer manifestar-se a todos.

### 3. A ADORAÇÃO DOS MAGOS

O relato de Mateus 2,1-12 narra, segundo o estilo e a teologia própria de este evangelista, o percurso dos magos ao encontro de Jesus. Também Mateus situa o nascimento de Jesus em Belém, num contexto sociopolítico concreto, dominado por Herodes o Grande. O relato começa por desvendar ao leitor os acontecimentos sucedidos, e, seguidamente, o autor constrói a trama narrativa colocando na boca das personagens esses mesmos acontecimentos, como se nada tivesse dito antes.

É neste contexto que chegam a Jerusalém *“uns magos vindos do Oriente”* que colocam uma pergunta incómoda ao rei Herodes: *“Onde está o rei dos Judeus que acaba de nascer?”* (v.2). Mateus apresenta aqui estes personagens, gentis, estrangeiros, pertencentes a uma casta de homens sábios relacionados com a interpretação de sonhos,

---

<sup>111</sup> RAYMOND BROWN; J. A. FITZMYER; ROLAND E. MURPHY, *Nuevo Comentario Bíblico*, 146.

astrologia, magia ou Zoroastrismo<sup>112</sup>, mas que são pessoas desinstaladas que procuram e se deixaram conduzir pelos sinais que receberam.

Precisamente por ser gentis recebem o sinal da proclamação messiânica através da natureza criada (cf. Rm 1, 19-20; 2,14-15). Como Balão que também vinha de Oriente, reconhecem o significado salvífico da estrela davídica. Este relato de Balão (cf. Nm 22, 24. 24, 17. 24) é segundo Raymond Brown um dos relatos do Antigo Testamento utilizado por Mateus para a construção deste episódio. A estrela que conduz os magos é provavelmente um elemento do midrash oriundo do citado relato de Balão<sup>113</sup>.

Apesar da sua disposição de seguir com prontidão a estrela até Jerusalém, os magos veem-se obrigados a parar junto daqueles que possuem o conhecimento das escrituras e por isso fazem a incômoda pergunta ao representante do povo judeu.

Com esta pergunta, estão a afirmar que há outro rei. Os estrangeiros, que vêm de longe, percebem que aquele não é o rei, ou seja que há outro rei. Estes magos, estrangeiros de terras longínquas, estão menos habituados a interpretar os sinais e são mais capazes de os reconhecer, que aqueles que estão perto e dificilmente os valorizam ou interpretam. Só os sábios parecem ver a estrela e estão decididos a ir adorá-lo mas, a revelação completa do Messias, não se dá através da natureza: esta revelação foi concedida ao povo judeu e está contida nas suas escrituras. Os magos têm que conhecer pelas escrituras judaicas o plano divino de salvação, antes de poderem encontrar o Messias e, assim, lhe renderem homenagem<sup>114</sup>.

São Mateus combina Mq 5,1 e 2 Sm5,2 e põe na boca dos conselheiros de Herodes a profecia que sublinha a importância de Belém: *“E tu, Belém, terra de Judá, de modo nenhum és a menor entre as principais cidades da Judeia; porque de ti vai sair o Príncipe que há de apascentar o meu povo de Israel”*<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> RAYMOND BROWN; J. A. FITZMYER; ROLAND E. MURPHY, *Nuevo Comentario Bíblico*, 74.

<sup>113</sup> Sobre o uso do relato de Balão em Mt 2,1-12 veja-se: RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesías*, 190-196.

<sup>114</sup> Cf. *Ibidem*, 182.

<sup>115</sup> Refira-se que esta passagem combinando as duas citações não reflete com exatidão o teor do texto hebraico nem o texto grego do Antigo Testamento. Cf. *Ibidem*, 184. Em relação ao uso de esta passagem, refira-se que corresponde a um estilo muito usado por este evangelista chamado “citações de cumprimento”. Assim, tendo Mateus um especial interesse em mostrar que a história está dirigida por Deus, ou seja, pretendendo fazer uma narração teológica dos acontecimentos, relaciona aspetos da vida de Jesus com passagens do Antigo Testamento como cumprimento do plano de Deus. Estas citações de

Esta passagem revela aos sábios a orientação do seu caminho: Belém. Mas Mateus, com esta citação do Antigo Testamento, pretende também revelar aos seus leitores a identidade daquele que nasce em Belém.

Belém era a cidade de David e Miqueias referia-se a um rei davídico. O tema davídico torna-se ainda mais explícito com a citação de 2Sm 5,2 (*“Tu apascentarás o meu povo e serás o seu chefe”*), que se refere ao pedido das tribos do reino do norte ao rei David no Hébron, para que a sua soberania se estendesse também sobre elas. O tema do pastor parece querer dizer como será esse rei, marcando desde já uma diferença com o rei Herodes.

Só agora depois de ouvirem as palavras das escrituras, ainda que através de Herodes, os sábios podem pôr-se a caminho para adorarem o rei recém-nascido. O narrador deixa assim clara a paradoxa: os judeus, que possuem as escrituras e podem entender o que os profetas anunciaram, não querem adorar ao rei recém-nascido. No entanto, os sábios estrangeiros, ante esta dupla proclamação pela estrela e pelas escrituras, aceitam e rendem-lhe homenagem, enquanto aquele que governa Jerusalém e todos os sumos sacerdotes e escrivas do povo não acreditam. Pelo contrário conspiram contra o rei dos judeus e tentam matá-lo<sup>116</sup>. No entanto, a crueldade e a astúcia de Herodes não conseguem atingir o recém-nascido. Apesar de mais débil, o menino e a sua família, saem ilesos.

Segundo Raymond Brown, além do relato de Balão, São Mateus inspirou-se também em Is 60,6 e Sl 72,10 para construir este relato. Tanto Balão como os Magos reconhecem a grandeza do chefe que acaba de nascer, simbolizado na aparição da estrela, mas este relato nada refere sobre os presentes. No entanto, é possível que a menção de uma estrela no relato de Balão (Nm 24,17) tenha conduzido Mateus a outra passagem da Sagrada Escritura que também fala sobre a aparição de uma luz. Is 60,1 dirige-se a Sião ou Jerusalém que espera o seu libertador: *“Levanta-te e resplandece, Jerusalém, que está a chegar a tua luz! A glória do Senhor amanhece sobre ti!”*. Alguns versículos depois, pode ler-se: *“para ti afluirão as riquezas do mar, e a ti virão*

---

cumprimento aparecem sempre unidas a temas teológicos importantes. No evangelho de Mateus há doze citações de cumprimento, das quais seis se encontram nos evangelhos da infância. Cf. R. AGUIRRE MONASTERIO, A. R. CARMONA, *Evangelios Sinópticos y Hechos de los Apóstoles*, Verbo Divino, Estella 2009, 205-206.

<sup>116</sup> Cf. RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesias*, 182.

*os tesouros das nações...De Sabá virão todos trazendo ouro e incenso e proclamando os louvores do Senhor.”* (Is 60,5-6). Se Mateus se inspirou em Balão para o perfil dos magos, um vidente vindo de oriente que viu a estrela davídica, este perfil pode ter sido completado com a descrição de Isaías dos representantes das nações que trazem ouro e incenso a Jerusalém, porque amanheceu sobre esta cidade uma luz e a glória do Senhor. Possivelmente também o Salmo 72,10-11 tenha também influenciado a construção do texto de Mateus: *“Os reis de Társis e das ilhas oferecerão tributos; os reis de Sabá e de Seba trarão suas ofertas. Todos os reis se prostrarão diante dele.”*

São Mateus tinha começado o seu evangelho com as palavras: *“Genealogia de Jesus Cristo, filho de David, filho de Abraão”*. Ao inserir neste relato as citações de Mq 5,1 e 2 Sam 5,2 sublinha o caráter davídico do recém-nascido e ao mesmo tempo afirma que será rei que reinará sobre Israel. As citações implícitas de Is 60,6 e do Sl 72,10-11 pretendem salientar o seu papel como Filho de Abraão em quem todas as nações da terra serão abençoadas, pois no seu nascimento cumpre-se a esperança de todas as gentes. A estrela que apareceu no Oriente é a estrela do rei dos judeus mas este rei governa também sobre todas as nações <sup>117</sup>.

Jesus cumpre as promessas a Israel mas este povo rejeita-o enquanto os magos, pagãos, o acolhem. Mateus deixa assim uma mensagem clara de universalidade: o rei que nasceu é rei de todas as nações e os primeiros a prostrar-se <sup>118</sup> ante Ele são estrangeiros. Assim, a salvação trazida por Jesus é para todos e para todas as culturas.

São assim muito diversos os testemunhos da realização da salvação nos evangelhos da infância. Todos reconhecem Jesus como a manifestação da salvação oferecida por Deus.

#### 4. AS PRIMEIRAS PALAVRAS DE JESUS

O episódio do encontro de Jesus no Templo é um episódio epifânico, de revelação. Até agora, tinham sido outros a revelar quem é Jesus: o anjo, os pastores, Isabel, Simeão, neste relato, é Jesus que se revela a si mesmo. A sua revelação está na palavra que ele

<sup>117</sup> Cf. RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesias*, 187.

<sup>118</sup> Ulrich Luz salienta o uso do termo *“proskynese”* no evangelho de São Mateus e especialmente para descrever a atitude de adoração dos magos. Este termo era usado na Grécia antiga somente ante os deuses, e no antigo oriente usava-se perante os reis. Apesar de no tempo da redação do Novo Testamento o seu uso fosse escasso, Mateus usa este termo sete vezes, sempre em relação a Jesus. Em concreto, refere Luz, a *“proskynese”* dos magos revela ao leitor a grandeza de Cristo, Filho de David (1,1), Filho de Deus (1,21;2,15), e Emanuel. Cf. U. LUZ, *Das Evangelium nach Matthäus*, Neukirchener, Zurich 2002, 120.

dirige à sua mãe, a primeira e única que Jesus pronuncia nos relatos da infância. Todo o relato é uma preparação progressiva para esta frase chave que Jesus dirige à sua mãe, reveladora da sua identidade mais profunda.

Lucas parte de um dado histórico, ou seja, de que Jesus teve uma adolescência, e articula-o com a sua filiação divina, revelação esta conhecida apenas pela fé pós-pascal. É uma afirmação profundamente cristológica, pois, aqui diz Jesus de si mesmo o que a voz celeste dirá no Batismo.<sup>119</sup>

No evangelho de Lucas, este é o primeiro dos três relatos onde se menciona “*subir desde Nazaré ou Galileia a Jerusalém*”. Esta será a direção da grande viagem de Jesus durante o seu ministério público, de Lc 9,51-19,28, e que aqui é antecipada. Este paralelismo torna-se mais claro com a menção da chegada ao templo por ocasião da festa da Páscoa, ou seja, o mesmo lugar e tempo que em 2,41-52. Além de uma antecipação do ministério, as várias indicações culturais (v.41-42), sublinham a piedade do templo já mencionada no relato anterior. No entanto, tal como no relato de Simeão, não será o culto nem a festa da Páscoa o tema central deste relato.

Ainda que situado no Templo não é nomeado nenhum sacerdote nem sequer nenhum profeta como no relato anterior, mas será um encontro com os mestres e doutores de Israel. Para Lucas, o Templo é um local donde se ensina a Lei e, ao longo do evangelho, Jesus será frequentemente chamado mestre. Mas, neste episódio os doutores da Lei saem de cena e o episódio centra-se no diálogo familiar.

O diálogo começa com a chamada de atenção de Maria, e o narrador com a expressão “*Teu pai e eu...*”, pretende acentuar o contraste entre o Pai do céu e aquele que aqui na terra tem a responsabilidade da criança.<sup>120</sup>

Em relação à resposta de Jesus: “*Não sabíeis que devia estar em casa de meu Pai?*” (v. 49b), os tradutores hesitam entre esta tradução e “*Não sabíeis que devia estar nas coisas*

---

<sup>119</sup>Cf. RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesias*, 505. Refira-se que esta afirmação não permite afirmar que houve um desenvolvimento da autoconsciência de Jesus ou que na adolescência sabia que era Filho de Deus. Do mesmo modo, não se pode afirmar, baseados neste episódio, que Jesus crescia em saber humano. À luz deste episódio apenas podemos afirmar que a imagem que Lucas tem de Jesus não lhe impediu de afirmar que Jesus crescia em saber e em graça de Deus, e que a sua cristologia lhe permitiu afirmar que desde as origens já era Filho de Deus. Cf *Ibidem*, 506.

<sup>120</sup> Cf. YVES SAOÛT, *Évangile de Jésus Christ selon Saint Luc*, Cerf, Paris 2006, 21.

do meu Pai”<sup>121</sup>. No entanto, seja qual for a opção não é posta em causa a afirmação cristológica subjacente. Raymond Brown entende que Jesus se limita a dizer que a sua presença no templo, a escutar os mestres, indica onde está a sua vocação. O evangelista sublinharia de esta maneira que a vocação de Jesus é o serviço de Deus, que é seu Pai, e não estar à disposição da sua família natural<sup>122</sup>.

Só quando a expressão “na casa de meu Pai” é entendida como uma afirmação cristológica que declara a filiação de Jesus, então o sentido de “obrigação” (grego: *dei*) é passível de ser entendido. Ao longo do evangelho encontramos várias passagens com um sentido parecido precisamente quando Jesus fala da missão que o Pai lhe confiou: “Tenho de anunciar a Boa nova do reino de Deus também a outras cidades, pois para isso é que fui enviado”. (Lc 4,43); “O Filho do homem tem de sofrer muito...tem de ser morto e ao terceiro dia, ressuscitar”. (Lc 9,22); “Agora estou a expulsar demónios e a realizar curas, hoje e amanhã; ao terceiro dia atinjo o meu termo. Mas hoje, amanhã e depois devo seguir o meu caminho...” (Lc 13,32-33).

A filiação divina de Jesus só se compreendeu depois da ressurreição. Os evangelistas tentam mostrar que Jesus era já filho de Deus durante o seu ministério, ainda que não fora sempre reconhecido como tal. Este será um rasgo típico da narração. No contexto deste episódio, em que a filiação divina foi revelada aos pais, o narrador parece ainda querer sublinhar que a falta de compreensão diz respeito ao modo como se expressa esta filiação, ou seja, ao facto da obrigação imposta pelo Pai afastar Jesus das obrigações familiares. Assim, ainda que Maria soubesse desde a anunciação que Jesus era filho de Deus, não sabia como nem quando, se manifestaria e, por isso, pode-se perceber a sua estranheza ou dificuldade, bem explorada pelo evangelista, para compreender a situação.

Estas palavras de Jesus parecem ser um resumo da sua vida. De facto, Jesus viveu uma relação de profunda sintonia e confiança filial com Deus Pai em todas as etapas da sua vida. Como podemos observar através de uma leitura atenta dos evangelhos, Jesus soube transformar qualquer circunstância da vida em lugar de encontro com Deus porque Ele vivia dedicado “às coisas do seu Pai”. Mais tarde Jesus dirá: “Onde estiver o

---

<sup>121</sup> Cf. YVES SAOÛT, *Évangile de Jésus Christ selon Saint Luc*, 20. Em concreto enquanto Yves Saoût prefere a segunda tradução: “nas coisas do meu Pai” Raymond Brown opta pela primeira: “na cada de meu Pai”. Cf. RAYMOND E. BROWN, *El nacimiento del Mesias*, 513.

<sup>122</sup> Cf. YVES SAOÛT, *Évangile de Jésus Christ selon Saint Luc*, 20.

*vosso coração aí está o vosso tesouro*” (Lc12,34). Neste relato dos evangelhos da infância Jesus deixou claro qual era o seu tesouro.

As primeiras palavras de Jesus sobre si mesmo, ao tomar o relevo das revelações, quando na sua própria boca são colocadas as palavras para interpretar o projeto de Deus, é para falar da sua relação única como filho de Deus. A última palavra da sua vida terrestre, em Lc 23, 46, será para colocar o seu Espírito nas mãos do Pai.

### III. TRAÇOS RELEVANTES DA DINÂMICA BÍBLICA DA SALVAÇÃO

#### 1. A SALVAÇÃO COMO ENCONTRO

Anteriormente recorri ao tema da aliança, pois é um elemento essencial e imprescindível no itinerário que pretendia desenvolver. De facto, o primeiro elemento desenvolvido, “A justiça que vem de Deus”, está intrinsecamente relacionado com a aliança entre Deus e o seu povo. Ao abordar “A esperança em Deus”, verifiquei que esta tem uma dimensão relacional, à que o homem bíblico concede especial relevância. A esperança traduz-se frequentemente em confiança em Deus ou em escuta da Palavra. Constata-se assim, que a categoria da relação está presente ao longo do itinerário percorrido. De facto, segundo Martin Velasco a relação como encontro faz parte integrante da experiência religiosa do povo de Israel<sup>123</sup>.

A história da salvação poderia ser descrita como uma história de encontros de Deus com o seu povo. Deus, desde o início, tomou a iniciativa de oferecer aliança ao homem. Esta foi a maneira de expressar o seu desejo de encontrar-se com o ser humano. Neste encontro, Deus dá-se a conhecer a Moisés, revelando o seu nome e a sua lei. Ao revelar o seu nome estabelece uma relação de intimidade. No dom da lei o povo encontrará uma palavra viva criadora da história. Esta experiência do encontro com Deus, e da revelação do Nome, conferiu a Israel uma certa consciência de ter acesso a Deus, e, por isso, nos Salmos surgem frequentemente evocações de confiança na sua presença.

Ser pessoa é o resultado de uma abertura à relação. Somos o resultado das relações que construímos, do que recebemos e do que entregámos. Poder-se-ia dizer que a pessoa é a

---

<sup>123</sup> Cf. MARTIN VELASCO, *El encuentro con Dios*, 52.

história dos seus encontros, mais que o resultado dos seus esforços individuais ou das suas capacidades inatas. De facto, esta categoria da dimensão do encontro como relação é constitutiva do ser humano<sup>124</sup>. Assim, é abrindo-se à relação de amor com os outros e com Deus que o homem pode descobrir a verdade sobre si mesmo. No encontro, Deus estabelece um diálogo que, tocando o coração do homem, o torna mais humano. É na experiência do encontro que o homem experimenta e entende com mais clareza, que não pode alcançar a salvação com as suas próprias forças e capacidades, mas necessita recebê-la de outro. De facto, só onde houver verdadeiro encontro entre o homem e Deus pode haver verdadeira salvação cristã.

A categoria do encontro com Deus tornou-se parte integrante da vida do povo. A experiência religiosa de Israel acontece dentro da história e não tem lugar fora da mesma. O povo encontra Deus na vida e não espera uns dons que o enriqueçam mas espera a salvação como plenitude de vida. O dinamismo da promessa e da esperança do Antigo Testamento desencadeiam um movimento que terminará no encontro com Deus em Jesus Cristo.

Deus procurava o ser humano e, encontrou-o totalmente disponível em Maria. A partir de aqui, a realização da salvação já não poderá acontecer sem um encontro: os pastores e os magos encontram o menino, Simeão encontra o menino no templo, Maria e José encontram Jesus no Templo. Jesus viveu como dimensão central da sua vida o encontro com Deus Pai, e, por isso, o homem ao encontrar-se com Ele pode, também, encontrar-se com a iniciativa amorosa e gratuita de Deus. A Salvação fez-se encontro total e definitivo em Jesus Cristo. Deus revela-se definitivamente e plenamente em Jesus porque nele, na sua vida, no seu destino, a relação religiosa, a comunidade com o mistério, adquire tal intensidade e intimidade, que nela ocorre a doação de Deus e do seu Espírito aos homens<sup>125</sup>.

Na pessoa de Jesus, Deus oferece-nos um existir concreto em que se dá a total abertura do homem à iniciativa salvífica de Deus. “Jesus Cristo realiza a experiência de encontro ao viver toda a sua existência numa atitude de obediência filial que só tem sentido na íntima comunhão existente entre o Pai e o Filho”<sup>126</sup>. Esta é a razão pela qual Jesus Cristo

---

<sup>124</sup> Cf. MARTIN VELASCO, *El encuentro con Dios*, 19-23.

<sup>125</sup> Cf. *Ibidem*, 57.

<sup>126</sup> JUAN F. G. AMBROSIO, *Encontro com Cristo, plenitude do ser humano*, 19.

é para o homem a possibilidade permanente de encontro com Deus, convite continuo a partilhar o amor do Pai.

## 2. A NECESSIDADE DE UM MEDIADOR

Desde sempre a relação com Deus foi uma relação mediada, assim, em sentido amplo falámos de Moisés como mediador da aliança, do rei enquanto representante de Deus, e dos profetas enquanto intérpretes dos sinais de Deus. No entanto, como referimos, todas estas mediações, importantes no seu momento histórico, claudicaram, por razões diversas, deixando além do vazio o desejo de um mediador que verdadeiramente conduzisse ao encontro com Deus: “*Emanuel, Deus connosco*” (Is 8,10). A carta aos Hebreus dá testemunho: “*Muitas vezes e de muitos modos, falou Deus aos nossos pais, nos tempos antigos, por meio dos profetas. Nestes dias, que são os últimos, Deus falou-nos por meio do seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e por meio de quem fez o mundo*” (Heb 1,1-2).

Neste sentido, porque Jesus fala as palavras do Pai, ou seja vive em comunhão com Ele, encontrar Jesus cristo é, para os cristãos, sinónimo de encontro com Deus. Para González de Cardedal, é a partir desta comunhão íntima com Deus que:

“Jesus se afirma a si mesmo como quem decide o destino do homem, já que a decisão do homem perante Ele comporta a decisão perante o Pai; por conseguinte, como aquele que a partir dessa comunhão com o Pai não só promete apoiar a oração dirigida a Deus em seu nome, mas inclusive conceder a salvação. A oração em nome de Jesus, sobretudo a oração comunitária é o lugar do encontro com Deus, é o âmbito da salvação”<sup>127</sup>.

A partir de Jesus Cristo não só é possível o encontro com Deus e ter acesso à salvação que Ele gratuitamente oferece como dom, senão que o Novo Testamento identifica Jesus Cristo com o Salvador, Aquele através do qual Deus realiza o seu projeto salvífico. Não é indiferente que Jesus Cristo seja o Salvador e que o seja também Deus Pai. Isto indica que a salvação que nos traz Jesus Cristo é, em definitiva, iniciativa de Deus. Por outro lado, quase em todos os textos em que o título se aplica a Deus Pai, Cristo não está fora da perspectiva do texto bíblico e assim torna-se claro que a salvação

---

<sup>127</sup> O. GONZÁLEZ CARDEDAL, Citado por JUAN F. G. AMBROSIO, *Encontro com Cristo, plenitude do ser humano*, 131.

que vem de Deus necessita o Mediador. No cristianismo não se pode separar a salvação do Salvador.

Assim, recordando o episódio de Simeão, quando este recebeu o menino nos seus braços e pronunciou o *Nunc Dimitis*, ao excluir: “...os meus olhos viram a salvação”, estava a reconhecer aquele encontro como encontro salvífico, e Aquele menino o Mediador da salvação. Mais uma vez as palavras de Cardedal são iluminadoras:

“Que Cristo não é só a luz em que vemos a Deus, mas que é o próprio Deus deixando-se ou fazendo-se ver, ou, se quisermos, Deus é a transparência e a luminosidade interna, constitutivas de Cristo. O termo “imagem” encontra-se próximo do termo “*doxa*”. Na face de Cristo resplandece a própria realidade de Deus e vemos a sua glória.”

Simeão viu a sua glória, recebeu a sua salvação e por isso podia ir em paz. A salvação é habitualmente acompanhada das categorias da justiça e da paz<sup>128</sup>.

### 3. AS CATEGORIAS DA JUSTIÇA E DA PAZ

A referência à justiça aparece frequentemente no contexto de justiça salvadora, que inclui uma ação de amor gratuito e de misericórdia benfeitora, sempre disposta a atender à necessidade do outro e a promover o seu bem. Refere-se assim a uma justiça libertadora que visa melhorar as condições do necessitado na sociedade, melhoramento que, no plano do governo se manifesta por medidas legais, adequadas ao fim em vista<sup>129</sup>. Assim, por exemplo o Sl 22 testemunha que é característico de YHWH exercer a justiça salvífica a favor do pobre e do aflito. É uma boa nova que se anunciará às gerações futuras: “*Contará a sua justiça ao povo por nascer, dizendo: assim atuou YHWH.*”

Os profetas apuraram muito o seu sentido de um Deus vivo e, por isso, exigente com a prática da justiça. Assim, os profetas denunciam as injustiças sociais e comunicam ao povo a esperança na restauração futura. O profeta Miqueias salienta de modo especial o conceito de justiça articulado com o de misericórdia e bondade: “*Já te foi revelado, ó homem, o que é bom, o que o Senhor requer de ti: nada mais do que praticares a justiça, amares a lealdade e andares humildemente diante do teu Deus*” (Mq 6,8).

<sup>128</sup>A. VAZ, “Justiça e misericórdia na Bíblia Hebraica”, 135.

<sup>129</sup>*Ibidem*, 223.

Podemos dizer que a justiça de Deus consiste na manifestação da sua bondade e fidelidade, cumprindo os seus compromissos dentro da aliança com o seu povo. Deus mostra-se justo manifestando a sua misericórdia e o seu perdão ao necessitado, realizando para com Ele as suas promessas.

A partir do que dissemos, entende-se que Jesus tenha iniciado a sua pregação com o anúncio do Reino de Deus, ou seja, do reinado de Deus Pai: “*Convertei-vos, porque está próximo o Reino de Deus*” (Mt 4,17). Jesus proclama o início do reino e dirige-se aos pecadores oferecendo-lhes o perdão dos pecados, come com eles e chama-os a segui-lo.

De facto, é um dado adquirido que os homens são pecadores e, portanto, a ação divina deverá em primeiro lugar perdoar os pecados, transformando os corações, tornando-os filhos e irmãos, membros solidários do novo povo de Deus. O dinamismo salvador do reino anunciado e vivido por Jesus é total e radical, ou seja, visa a transformação e salvação de toda a pessoa. Como sinais de esta realidade Jesus liberta dos endemoniados cura os doentes e ressuscita os mortos.

São Paulo refere-se à ação salvadora de Deus como “justiça de Deus” (cf. Rom 1,16). Para São Paulo, Deus ao exercer a sua justiça não atua como um juiz mas como um soberano que concede um indulto com base na sua bondade (cf. Rom 5,21; 8,10). Para Paulo a justiça de Deus não é proporcional aos méritos humanos mas manifesta-se no facto de ele “*não ter tido em conta os pecados cometidos anteriormente..., para mostrar a sua justiça aos nossos dias, para ser Ele justo e justificador de quem crê em Jesus*” (Rm 3,25-26)<sup>130</sup>. Deste modo, a justiça de Deus, é devida só na medida em que Deus não se pode contradizer a si próprio e por isso é fiel ao homem. Segundo São Paulo, a justiça de Deus é um bem salvífico em si e é concedido ao homem em total gratuidade.

Para concluir, apenas uma breve referência à paz. Ao abordar o tema do anúncio dos anjos aos pastores constatámos que a paz é parte integrante deste anúncio, sinal da presença do Salvador entre os homens. A paz, associada à presença de Jesus, volta a estar presente nas aparições do ressuscitado: “*A paz esteja convosco!*” (Lc 24, 36). A paz é, assim, sinal da presença de Deus.

---

<sup>130</sup>Cf. A. VAZ, “Justiça e misericórdia na Bíblia Hebraica”, 233.

São Paulo não só introduz as suas cartas com a saudação da paz como também descreve a boa notícia que anuncia como o “evangelho da paz” (cf. Ef 6,14). Paulo compreendeu que a paz é uma pessoa: Jesus Cristo, através do qual Deus destruiu todas as barreiras e divisões originando novas relações baseadas no amor. A paz é identificada com a salvação, obra de Deus através de Jesus Cristo: *“Portanto, uma vez que fomos justificados pela fé, estamos em paz com Deus por Nosso Senhor Jesus Cristo”*. (Rom 5,1)

Juntamente com a justiça e a paz não se pode esquecer o amor. Na Bíblia o amor é parte integrante da justiça, é a alma da justiça, e também aparece frequentemente em relação com a paz. As três estão intrinsecamente relacionadas e é difícil alcançar uma sem as outras. A justiça, a paz e o amor são características intrínsecas da salvação que Deus oferece gratuitamente a todos os homens.

#### 4. A UNIVERSALIDADE DA SALVAÇÃO

Já no Antigo Testamento, como tivemos ocasião de assinalar, aparecia por vezes a abertura a uma proposta de salvação para os outros povos. Na medida em que a história avançou, e o conhecimento de Deus se tornou mais profundo, a proposta de uma salvação para todos torna-se mais clara. No anúncio aos pastores (cf. Lc 2,10), a expressão *“anuncio-vos uma grande alegria que o será para todo o povo”*, o evangelista apenas se refere a todo o povo de Israel. No entanto, como também referi, no encontro com Simeão, o evangelista deixa claro que a salvação é para todos os povos: *“...porque meus olhos viram a salvação que oferecetes a todos os povos”* (Lc, 2,30). Na obra de Lucas, Jesus é a resposta aos desejos de salvação tanto para os judeus como para os pagãos, e a todos oferece a autentica salvação, convidando-os a abandonar as falsas salvações de tipo farisaico ou pagão. Sucodem-se por isso as afirmações de Jesus como salvador de todos. Ao ilustrar o ministério de João Batista, São Lucas utiliza o oráculo do profeta Isaías (cf. Is 40,3-5), para referir-se à salvação que será oferecida por Jesus: *“E toda a criatura verá a salvação de Deus”* (Lc 3,6). No discurso na sinagoga de Nazaré, Jesus ao mencionar a missão de salvação dos profetas Elias e Eliseu fora da sua pátria (Cf. Lc 4, 25-27) faz compreender ao povo de Nazaré que a salvação que Ele anuncia não é monopólio de Israel, mas deve estender-se também aos pagãos.

Em Lc 13,29, Jesus parece prever a vinda das nações: “*hãõ de vir do oriente, do ocidente, do norte e do sul, sentar-se à mesa no Reino de Deus*”. A fê dos gentis é colocada em contraposição à dos judeus (cf. Lc13, 24-28), permitindo-lhe entrar no Reino onde são já patriarcas e profetas (O mesmo aparece na parábola do banquete (cf. Lc 14,16-24)).

Ainda dentro da obra de Lucas, devo salientar alguns gestos e parábolas, de Jesus dirigidos aos samaritanos e aos gentis, que me parecem significativas em relação a este tema. Assim, em 9,53-55, Jesus ao atravessar uma aldeia da Samaria não é acolhido mas repreende os seus discípulos que queriam fazer descer fogo do céu sobre aquela aldeia. Dirige-se com os discípulos para outra aldeia e, em Lc 10, 29 ao responder à pergunta “*quem é o meu próximo?*”, deixa ficar bem os samaritanos contrapondo-os aos sacerdotes e levitas<sup>131</sup>.

Na parábola dos dez leprosos, só um regressa para agradecer e é um samaritano (cf. Lc 17,11-19). Significativo é, também, o encontro com o centurião romano a quem Jesus cura o servo e louva a sua fé, ou seja, a fé de alguém que não pertence ao povo de Israel. (cf. Lc 7,1-10).

No discurso missionário, Jesus ressuscitado confia aos apóstolos a missão de anunciarem “*em seu nome, a conversão para o perdão dos pecados a todos os povos começando por Jerusalém*” (Lc 24,47). O anúncio será feito em nome de Jesus, ou seja, os apóstolos anunciarão com a autoridade do próprio Jesus, pois é Ele o Salvador.

O conceito da universalidade da salvação está também muito presente no livro dos Atos dos Apóstolos que aqui apenas me limitarei a citar: os discursos: At 2,21.39; 3,25-26; 10,34-35.42-43; 14,16-17; 15,7-9.14-17; 17,26-27-30; 20,21; 26,30; 28,28. No mesmo sentido, aparecem os relatos do Pentecostes (At 2,1-11), a aceitação de Cornélio na Igreja (At 10,1-11), a conversão de São Paulo (At 9, 1-19; 22, 3-21;26,1-18), o anúncio do evangelho aos não Judeus de Antioquia (At 11, 19-20), as viagens missionárias de São Paulo (At 13-14; 15,36-21,16), a assembleia de Jerusalém (At 15, 1-35), a viagem

---

<sup>131</sup> Cf. S. ZEDDA, *Teologia della salvezza nel vangelo di Luca*, Dehoniane, Bologna 1991, 145.

de Paulo a Roma com o discurso aos judeus (At 27, 1-28,28) e a pregação de São Paulo em Roma (At 28, 30-31)<sup>132</sup>.

Também os restantes evangelhos anunciam a universalidade da salvação. Recordo apenas o evangelho de São Mateus, o já citado episódio dos Magos (Mt 2,1-13), e o discurso de Mt 28,19: *“Ide pois e fazei discípulos de todos os povos”*. Dados os limites deste trabalho termino com a afirmação de 1 Tim 2,3-4: *“Isto é bom e agradável diante de Deus, nosso Salvador, que quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”*.

## CONCLUSÃO

Como referi anteriormente, com esta reflexão pretendia fundamentar e aprofundar desde o ponto de vista bíblico, a celebração do Natal como acontecimento de salvação, de modo a clarificar os conteúdos essenciais que devem constituir a unidade letiva 2 “Advento e Natal” do 6º ano de escolaridade.

Começando pela primeira temática abordada (“O percurso narrativo da esperança na salvação”), verifica-se que o tema da esperança é característico do tempo de Advento e é essencial no cristianismo. O povo desejava a paz e a justiça e através da pedagogia do tempo e da história aprendeu que essa paz e justiça esperadas só poderiam ser dom de Deus. Os profetas alentaram a esperança do povo em tempos difíceis, anunciando um acontecimento salvífico, uma nova criação associada à vinda do Messias. Assim, a grande esperança do povo era o nascimento de um Messias. Maria aparece como protagonista desta esperança. De facto, Maria viveu a esperança radical em Deus, acolhendo o seu projeto de salvação para a humanidade.

O nascimento do Salvador é apresentado pelo Novo Testamento como o acontecimento central da realização da salvação, ou seja, da celebração do Natal. Parece-me importante sublinhar que a salvação cristã não se pode separar da pessoa do Salvador. Esta não acontece sem a presença de alguém a quem os cristãos reconhecem como o seu

---

<sup>132</sup> Cf. S. ZEDDA, *Teologia della salvezza nel vangelo di Luca*, 145.

Salvador. É no encontro com o Salvador que as diferentes personagens, símbolo de toda a humanidade, fazem a experiência da salvação.

A paz (e a justiça) desejada é agora anunciada pelos anjos e associada ao nascimento de Jesus. Como referimos, Lucas faz notar aos seus leitores, que Aquele que nasce é o Messias, Salvador e Senhor. Povos distantes, na pessoa dos magos prostram-se ante Ele. Simeão reconhece-o como o Messias, Aquele que dá sentido à vida pessoal e de todo o povo. Reconhecer a Deus, num recém-nascido é um dom do Espírito Santo. No entanto, a Salvação é um dom que Deus oferece a todos os homens, é universal. As obras da salvação associadas à vinda do Messias são caracterizadas pela justiça e pela paz.

Os valores da paz e da justiça foram frequentemente referidos. Estes valores, como vimos, estão associados tanto à esperança na salvação como à realização da mesma. São os valores do Natal. Quem celebra o Natal deve ser alguém comprometido com a construção da paz e da justiça. Recorde-se que a categoria bíblica da justiça inclui a misericórdia, o amor gratuito e a bondade.

Ao identificar estes elementos como os que caracterizam o Natal como acontecimento salvífico, concluo que os mesmos devem integrar os conteúdos da unidade letiva 2 “Advento e Natal”.

### 3ª PARTE - UMA NOVA PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA A UNIDADE LETIVA 2 “ADVENTO E NATAL”

Esta terceira parte do relatório, consiste numa proposta de conteúdos para a unidade letiva 2 “Advento e Natal,” em continuidade com a reflexão iniciada na primeira parte deste trabalho, e aprofundada, desde a perspectiva bíblica, na segunda parte do mesmo. Começo por apresentar as razões, pelas quais considero que os conteúdos propostos para a unidade letiva 2 “Advento e Natal”, devem ser reformulados, apresentando, também, uma análise destes conteúdos ao longo dos vários ciclos de ensino. Por último, apresento uma nova proposta de conteúdos para a unidade letiva em estudo.

#### I. CRÍTICA À UNIDADE LETIVA 2 “ADVENTO E NATAL” PROPOSTA NO PROGRAMA DE EMRC

Como referi na primeira parte deste trabalho, depois de lecionar esta unidade letiva, considero que é necessário, no panorama social e religioso atual, apresentar o tempo de Advento e Natal com a relevância que lhe é própria dentro do cristianismo. Foi neste sentido, que na segunda parte deste estudo aprofundei desde o ponto de vista bíblico, os elementos característicos destes tempos litúrgicos. Tendo em conta a reflexão realizada, pretendo agora justificar porque considero que a proposta do programa não facilita que os alunos compreendam o Natal como um acontecimento salvífico e, por isso, relevante para os cristãos.

A unidade letiva denomina-se “Advento e Natal” e estas duas palavras são de tal modo significativas, dentro do cristianismo, que necessitam ser amplamente compreendidas, se queremos dar a conhecer os fundamentos do cristianismo. Neste sentido, considero que o programa apresenta alguma dispersão de conteúdos: Advento, esperança, títulos de Maria, festa da Imaculada Conceição, Palestina no tempo de Jesus, calendário cristão... etc <sup>133</sup>.

Se o professor se centrar em desenvolver as competências, pode, apenas nomear o nascimento de Jesus para falar da origem do calendário cristão, tal como é indicado pelo programa.

---

<sup>133</sup> Na tabela 1 da página 21 e 22 pode-se consultar a tabela de conteúdos apresentada pelo programa atual para a unidade letiva 2 “Advento e Natal”.

Como se pode verificar pela observação dos conteúdos apresentados pelo programa atual<sup>134</sup>, o “nascimento de Jesus” acontecimento central do Natal, aparece apenas referido em relação à definição do calendário cristão. A palavra “Salvador” ou “salvação” não aparece no referido programa. O valor da “paz” está ausente.

Em relação aos textos bíblicos propostos, apenas se propõem textos do Antigo Testamento, e não há nenhum texto alusivo ao nascimento de Jesus.

Estes são alguns dos aspetos essenciais que, à luz da reflexão realizada na segunda parte deste trabalho, considero que não podem estar ausentes dos conteúdos da unidade letiva 2.

Segundo alguns autores de estudos de sociologia das religiões,<sup>135</sup> a sociedade atual não rejeita o religioso, mas o institucional e o dogma. Neste sentido, não me parece pedagógico a insistência no dogma. Por outro lado, o programa propõe desenvolver os títulos de Nossa Senhora, que tendo a sua importância dentro do universo cultural e religioso português, não é imprescindível ser tratado dentro desta unidade letiva<sup>136</sup>.

Por outro lado, conteúdos como “a palavra e o amor de Deus que chegam até nós”, são demasiado abrangentes, dando origem a diversas interpretações. Podemos assim concluir, que os conteúdos propostos pelo programa para esta unidade letiva, não mostram de maneira clara os elementos constitutivos do Natal cristão.

## II. O NATAL COMO ACONTECIMENTO SALVÍFICO NO ATUAL PROGRAMA DE EMRC

Parece-me ainda pertinente verificar em que medida esta temática é tratada no atual programa, desde o 1º ciclo ao ensino secundário. A tabela seguinte, apresenta a análise do programa em relação aos temas do “Natal”, “nascimento de Jesus” e “salvação” ou “Salvador”.

---

<sup>134</sup> Tabela 1, Página 21-22.

<sup>135</sup> Refiro-me aos estudos de D. HERVIEU - LÉGER, *O Peregrino e o Convertido*, Gradiva, Lisboa 2005; GRACE DAVIE, *Religion in modern Europe. A memory mutates*, Oxford University Press, London 2000; ARROYO MENÉNDEZ, M., “Religiosidad centrífuga. Un catolicismo sin Iglesia?”, in *Iglesia Viva* (2005) 111-119.

<sup>136</sup> O programa de EMRC dedica uma unidade letiva a Maria: unidade letiva 2” “A mãe de Jesus”, 2º ano do 1º ciclo.

Página	Contexto	Conteúdos
48	1ºCiclo /1ºano UL 2: “Jesus Nasceu”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modos de Viver o <b>Natal</b>.</li> <li>• Os símbolos e as <b>tradições de Natal</b>: o presépio, o Pai Natal, a Árvore de Natal, a Missa do Galo, cânticos tradicionais, gastronomia, etc.</li> <li>• Resumo da <b>história bíblica do nascimento de Jesus</b>: evangelhos da infância (Mt e Lc).</li> </ul>
65	1ºCiclo/4º ano UL 2: “Um homem corajoso”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nascimento de João Batista e relação com o <b>nascimento de Jesus (Natal)</b>: Lc 1,5-25.57-80.</li> </ul>
75	2ºCiclo/5ºano UL 2: “A Água, fonte de vida.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O símbolo do peixe, por Cristo. Em grego, acrónimo de “Jesus Cristo, Filho de Deus, e <b>Salvador</b>”.</li> </ul>
77	2º Ciclo/5ºAno UL 3: “Jesus, um Homem para os outros”.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O <b>nascimento de Jesus</b> marcou a história.</li> <li>• O calendário usado entre nós tem como ponto de referência o <b>nascimento de Jesus</b>, dada a sua importância.</li> </ul>
85	2ºCiclo/6ºAno UL 2: “Advento e Natal”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O <b>nascimento de Jesus</b> e a definição do calendário cristão</li> </ul>
97	3º Ciclo/7ºAno UL 2: “As religiões Abraâmicas”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>A necessidade da salvação</b> e da plenitude humana.</li> <li>• Deus no AT: Deus <b>justo</b> e <b>Salvador</b>.</li> </ul>

Esta tabela revela-nos que o nascimento de Jesus é apenas abordado na unidade letiva 2 “Jesus nasceu” do 1º ano do 1º ciclo, onde aparece o resumo da história bíblica do nascimento, com alusão aos evangelhos da infância. Todas as outras referências são sempre referências secundárias e feitas em relação a João Batista (4ºano), ao símbolo do peixe (5ºano), ou ao calendário cristão (5ºano). Em nenhuma unidade letiva aparece a Salvação relacionada com o Natal. O título de Salvador só aparece para explicar o símbolo do peixe, na unidade letiva 3 “ A água, fonte de vida” do 6º ano de escolaridade.

Deste modo, parece-me pertinente apresentar uma nova proposta de conteúdos para a unidade letiva em estudo.

### III. UMA NOVA PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA A UNIDADE LETIVA 2 “ADVENTO E NATAL”

Esta unidade letiva trata de uma temática central e específica do cristianismo cujo centro é o nascimento de Jesus. Neste sentido, esta unidade letiva deve apresentar o nascimento de Jesus, não apenas como um aspeto menor, ou secundário, senão como o seu centro, para o qual converge a esperança do Advento.

Considero que a unidade letiva deve iniciar-se, tal como é proposto pelo programa, com o tema da esperança. Parece-me, no entanto, importante partir das esperanças (ou da falta de esperança) dos alunos e da sociedade atual. Assim, os alunos estarão mais dispostos para perceberem as esperanças do povo de Israel. Por outro lado, estarão mais capacitados para perceberem, desde o início, a relevância para a vida pessoal e para a sociedade, da possível transformação operada por uma experiência de salvação.

Como referimos anteriormente, a salvação cristã apresentada como um encontro com Cristo, corresponde à experiência bíblica de salvação e pensamos que está adequada às características da sociedade atual que valoriza os aspetos humanos e relacionais. Por isso, considero que apresentar a salvação como encontro, facilita a compreensão do Natal como um acontecimento salvífico.

Tal como foi referido na segunda parte, é fundamental que no cristianismo não se separe a salvação do salvador. Deve, portanto ser apresentada a celebração do Natal como o Nascimento do Salvador e a salvação como o dom oferecido por Jesus aos homens. Neste sentido, parece-nos importante a exploração de um texto bíblico alusivo ao nascimento e proponho Lc 2, 1-12, pois é o texto dos evangelhos sinópticos que trata mais claramente do nascimento e também aparece na liturgia do tempo de Natal.

Em continuidade com a temática da salvação como encontro com o Salvador podem ser explorados também outros textos bíblicos do tempo de Natal e as respetivas personagens como por exemplo os Magos (Mt2, 1-12) e Simeão (Lc 2,41-52).

Os valores da paz e da justiça pertencem não só ao Advento senão também ao Natal. Em concreto a paz é o sinal da presença do Salvador. Refira-se que estes valores estão já associados ao Natal, pela mesma sociedade. Seria necessário, desde o ponto de vista pedagógico, mostrar o seu fundamento religioso, ou seja, não celebrar apenas o Natal

como um tempo de paz e justiça, mas perceber a relevância da experiência cristã para a construção de uma sociedade com base na paz e na justiça.

Tornar acessível a salvação a todos é comprometer-se com a construção de uma sociedade mais justa e onde cada um se comprometa com a construção da felicidade dos outros. Deste modo, apresento seguidamente, de maneira esquemática, uma possível proposta de conteúdos para a unidade letiva 2 “Advento e Natal” do 6º ano de escolaridade:

#### **Proposta de conteúdos**

- Um olhar sobre o mundo atual: identificar as esperanças da sociedade atual.
- Um olhar sobre a história - as esperanças de Israel:
  - A paz.
  - A justiça.
  - A esperança em Deus.
  - A esperança num messias salvador (Is 9,2-7;11,1-9).
- Advento: tempo de esperança.
- Maria, uma mulher de esperança que confia em Deus e acolhe o Seu projeto.
- O Natal: a celebração do nascimento de Jesus, o Salvador para os cristãos. (Lc 2,1-11).
- A experiência de salvação como encontro com o Salvador.
- Algumas experiências bíblicas de encontro com o Salvador:
  - Os Magos (Mt 2,1-12),
  - Simeão e Ana (Lc 2, 41-52).
- A salvação é para todos: construção de uma sociedade mais justa e pacífica, onde todos tenham o direito a serem felizes de acordo ao projeto de Jesus.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve como ponto de partida a lecionação da unidade letiva 2 “Advento e Natal” ao 6º ano de escolaridade. Refletindo sobre a mesma, verifiquei que os conteúdos apresentados pelo programa não facilitavam a compreensão do Natal como um acontecimento salvífico centrado no nascimento de Jesus. Deste modo, o objetivo deste trabalho consistiu em apresentar uma nova proposta de conteúdos para esta unidade letiva.

Considero de especial interesse, educar os alunos no sentido de lhe fornecer os elementos que lhe permitam conhecer o significado religioso que está na origem da celebração do Natal pois, no contexto da sociedade atual, o Natal, apresenta-se, por vezes, reduzido ao pai-natal, boneco de neve, presentes, etc, perdendo o seu sentido religioso original.

Este relatório define uma tipologia de trabalho própria, e, portanto, sendo a reflexão orientada em ordem á lecionação, impôs-se um aprofundamento da temática em estudo na área da teologia bíblica, que me permitiu confirmar algumas intuições e descobrir outras.

Verifiquei mais uma vez que a esperança do povo de Israel era sobretudo uma esperança em Deus e, em diversos momentos da sua história, o povo pôs a sua esperança na vinda de um Messias. Revelou-se pertinente constatar que no cristianismo a pessoa do Salvador está intrinsecamente ligada à salvação e é no encontro com o Salvador que esta acontece. O nascimento de Jesus é apresentado por São Lucas, como um acontecimento central e de relevância cristológica, proclamando-o como Salvador, Messias e Senhor.

Esta reflexão bíblica facilitou a identificação dos elementos essenciais do tempo de Advento e Natal, como acontecimentos salvíficos. Com estes elementos procurei reformular os conteúdos da unidade letiva 2 “Advento e Natal”, com a preocupação de introduzir o nascimento de Jesus como acontecimento salvífico, assim como outros elementos característicos do tempo de Advento e Natal estudados. Deste modo, apresentei uma nova proposta de conteúdos para a unidade letiva em estudo.

Espero que este estudo possa, de algum modo, contribuir para que o programa de EMRC se centre na sua especificidade e, assim, esta disciplina contribua para a formação integral dos alunos. Neste sentido, este trabalho mostra a necessidade de um estudo aprofundado das unidades letivas e do programa em geral. Tendo em vista oferecer um programa com conteúdos sólidos e sem descuidar o essencial, seria muito proveitoso a realização de estudos semelhantes ao realizado, em relação a outras unidades letivas.

Também o próprio programa de EMRC poderia ser objeto de um estudo de modo a verificar se, no seu conjunto, está organizado de acordo com o objetivo da disciplina.

É necessário mostrar e valorizar a especificidade da EMRC para que esta esteja ao serviço da educação integral dos alunos e assim lhe seja reconhecida a sua importância e, conseqüentemente, o seu lugar na escola.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIRRE MONASTERIO R, A. R. CARMONA, *Evangelios Sinópticos y Hechos de los Apóstoles*, Verbo Divino, Estella 2009.
- AMBROSIO, J. F., “A confessionalidade do ensino religioso escolar”, in *Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, SNEC, 1997, 95-99.
- AMBROSIO, J. F., “A Educação moral e religiosa na escola pública”, in *Communio* 5 (2001) 437-449.
- AMBROSIO, J. F., *Encontro com Cristo, plenitude do ser humano*, Paulinas, Lisboa 2002.
- AMBROSIO, J. F., “O professor no seguimento de Jesus”, in *Pastoral Catequética* 6 (2006) 83-94.
- AMBROSIO, J. F., “Tópicos para uma reflexão”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2001, 166-169.
- ASURMENDI, J.M., *Isaie 1-39*, Cerf, Paris 1978.
- ANDRÉS, E., *La Educación de la interioridad*, CCS, Madrid 2009.
- ARENDS, RICHARD I, *Aprender a Ensinar*, Mc Graw Hill, Madrid 2008.
- BOVON, F., *L' Evangile selon Saint Luc (1-9)*, Labor et Fides, Genève 1991.
- BROER, I., “Frieden”, in BAUER, *Bibeltheologisches Wörterbuch*, Styria, Köln 1994, 191.
- BROWN, RAYMOND E., *El nacimiento del Mesias: Comentario a los relatos de la infancia*, Cristiandad, Madrid 1982.
- BROWN, RAYMOND; FITZMYER, J.A., MURPHY, ROLAND E, *Nuevo Comentario Bíblico San Jerónimo*, Verbo divino, Estella 2004.
- CARREIRA DAS NEVES, J., “Teologia da salvação e teologias da libertação”, in *Communio* 3 (1996) 218-222.
- CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade”, Secretariado Geral da Conferencia Episcopal Portuguesa, Lisboa 2006.
- CORTI, G. “Perdono”, in RAVASI, G., PENNA, R., PEREGO, G., *Temî teologici della Bibbia*, San Paolo, Milano 2010, 1005-1008.
- COSTE, R., *Théologie de la paix*, Cerf, Paris 1997.

- CIMOSA, M., “Salvezza”, in RAVASI, G., PENNA, R., PEREGO, G., *Temi teologici della Bibbia*, San Paolo, Milano 2010, 1223-1238.
- DELORME, J., “Le salut dans les évangiles synoptiques et les actes des Apôtres”, in PIROT, L., BRIEND, A., *Dictionnaire de la Bible. Supplément (XI)*, Letouzey et Ane, Paris 1991, Col. 584-688.
- DUCH, L. *La educación y la crisis de la modernidad*, Paidós, Barcelona 1997.
- ESTANQUEIRO, A., “O contributo da Educação moral e Religiosa para a formação integral”, in *Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, SNEC, Lisboa 2001, 125-134.
- GERBER, DANIEL, *“Il vous est né un Saviour”: la construction du sens sotériologique de la venue de Jésus en Luc-Actes*, Labor et Fides, Genève 2008.
- GOMES, M. A., “O Perfil do professor de Educação moral e religiosa Católica”, in *Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, SNEC, Lisboa 1997, 83-93.
- GOMES, M. A., “Competências em Educação Moral e Religiosa Católica e desenvolvimento de capacidades e atitudes”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 105-113.
- GOMES, M. A., “O Perfil do professor de Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 1997, 83-93.
- GONZALEZ, A., “Salvación/soteriología”, in TAMAYO, J. J., *Nuevo diccionario de Teología*, Trotta, Madrid 2005, 820-830.
- INACIO DE LOIOLA, *Ejercicios Espirituales*, Sal Terrae, Bilbao 1985.
- JOÃO PAULO II, “Discurso del Santo Padre Juan Pablo II a un simposio internacional sobre la enseñanza de la religión católica en la escuela”, 15/04/ 1991.
- LÉON-DUFOUR, X., *Vocabulario de Teología Bíblica*, Herder, Barcelona 1963.
- LOURENÇO, J., “Criação e salvação no Deutero-Isaías”, in *Communio* 4 (1987) 455-470.
- LUZ, U., *Das Evangelium nach Matthäus*, Neukirchener, Zurich 2002.
- MANNS, F. “Pace”, in RAVASI, G., PENNA, R., PEREGO, G., *Temi teologici della Bibbia*, San Paolo, Milano 2010, 933-937.
- MARCELINO, A., “Educação Moral e Religiosa nas Escolas Católicas”, in *Pastoral Catequética* 5 (2006) 83-87.
- MARTINS, J. M. S., “Enquadramento histórico/legal do ensino religioso nas escolas públicas”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 61-82.

- MEYNET, R., *Il Vangelo Secondo Luca*, Dehoniane, Roma 1994.
- MIES, F., “Speranza”, in RAVASI, G., PENNA, R., PEREGO, G., *Temi teologici della Bibbia*, San Paolo, Milano 2010, 1328-1333.
- MILTON, J., “Interdisciplinaridade e Transversalidade em Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 187-190.
- NUNES, T. S., “Identidade e Metodologia do Ensino Religioso Escolar”, in *Pastoral Catequética* 8 (2007) 11-24.
- NUNES, T. S., “O Perfil do docente de Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa 2005, 83-88.
- O’COLLINS, GERARD, *La encarnación*, Sal Terrae, Santander 2002.
- PAULO, J., “Princípios organizadores e gestão do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Pastoral Catequética* 8 (2007) 89 - 110.
- PIKAZA, J., *Teología de los evangelios de Jesús*, Sígueme, Salamanca 1977.
- SAOÛT, YVES, *Évangile de Jésus Christ selon Saint Luc*, Cerf, Paris 2006.
- SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Ensinos Básicos e Secundário*, SNEC, Lisboa 2007.
- SEGALLA, G., *Evangelio e Vangeli*, Dehoniane, Bologna 1992.
- VAZ, A., “Justiça e misericórdia na Bíblia Hebraica”, *Disdaskalia* 41 (2011) 221-234.
- VAZ, A., *Modelos de transmissão da fé na Bíblia*, Semana de estudos teológicos da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Paulinas, Lisboa.
- VELASCO, J. MARTIM, *El encuentro con Dios*, Cristiandad, Madrid 1976.
- VERKINDÈRE, G., *La justice dans l’Ancien Testament*, Cerf, Paris 1998.
- WOLF, H. WALTER, *Antropologia do Antigo Testamento*, Loyola, São Paulo 1983.
- ZEDDA, S., *Teologia della salvezza nel vangelo di Luca*, Dehoniane, Bologna 1991.